



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CCE
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES - MPGOA

JOSEFA SILVONEIDE DE LIMA GONDIM

**MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DO CENTRO DE
CIÊNCIAS MÉDICAS – CCM/UFPB**

JOÃO PESSOA
2017

JOSEFA SILVONEIDE DE LIMA GONDIM

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DO CENTRO DE
CIÊNCIAS MÉDICAS – CCM/UFPB

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Profissional em Gestão
nas Organizações Aprendentes da
Universidade Federal da Paraíba em
cumprimento às exigências para
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^º Dr^º Wilson Honorato de
Aragão.

JOÃO PESSOA
2017

G637m Gondim, Josefa Silvoneide de Lima.
Meio ambiente e sustentabilidade no contexto do Centro
de Ciências Médicas – CCM/UFPB / Josefa Silvoneide de Lima
Gondim. - João Pessoa, 2017.
119 f.: il. -

Orientador: Wilson Honorato de Aragão.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CE

1. Meio ambiente. 2. Desenvolvimento sustentável.
3. Gestão ambiental. I. Título.

UFPB/BC

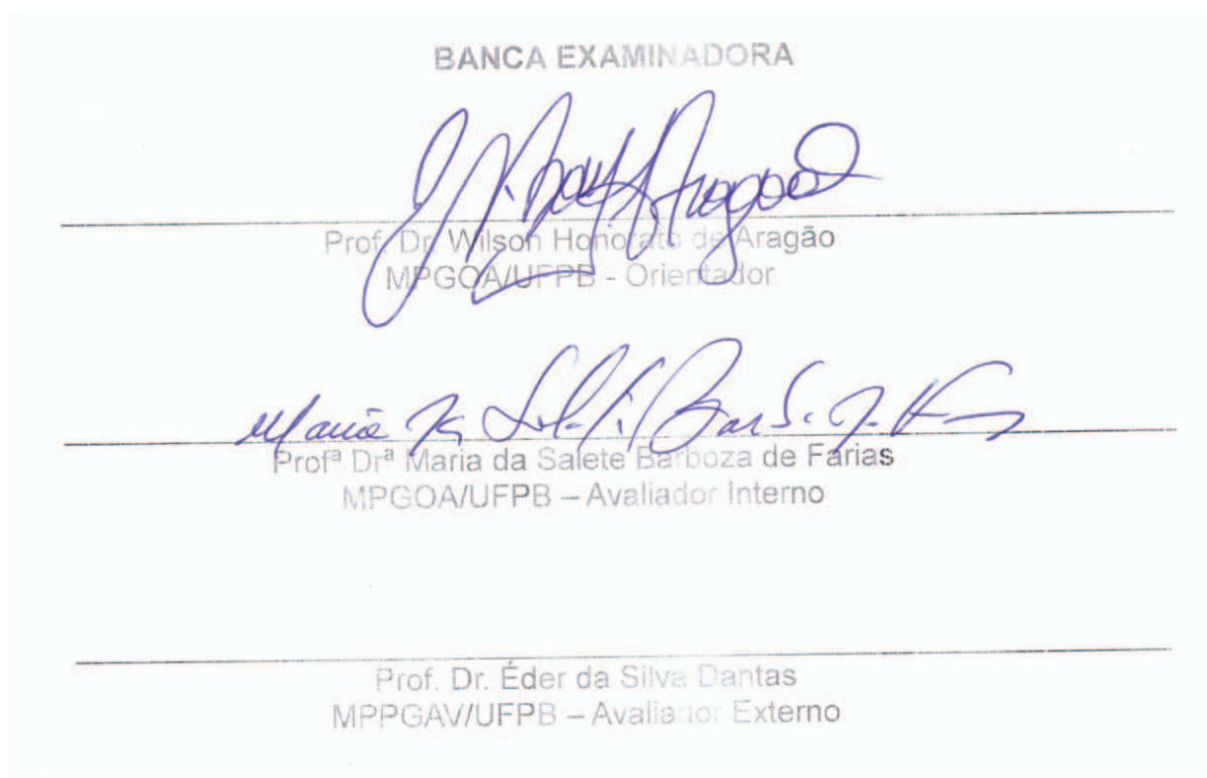
CDU: 502.2(043)

JOSEFA SILVONEIDE DE LIMA GONDIM

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DO CENTRO DE
CIÊNCIAS MÉDICAS – CCM/UFPB

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Profissional em Gestão
nas Organizações Aprendentes da
Universidade Federal da Paraíba em
cumprimento às exigências para
obtenção do título de Mestre.

DATA DA DEFESA: **11/05/2017.**



JOÃO PESSOA
2017

**Ao meu esposo Marcus Gondim,
grande incentivador deste trabalho e
que me fez perceber que nada é
impossível quando se tem coragem e
determinação.**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que me guarda desde o ventre da minha mãe para me levar até onde só Ele sabe, e por me fazer perseverante mesmo quando não encontro forças em mim.

Ao meu orientador Wilson Honorato Aragão, grande conselheiro, por me incentivar e sempre me ajudar de forma tão tranquila e paciente, nesse caminho de construção de conhecimentos.

Aos membros da banca de avaliação, Prof^a Dr^a Maria da Salete Barboza de Farias e Prof^o Dr^o Éder da Silva Dantas pelas ricas contribuições a partir dos seus apontamentos para a construção deste trabalho, bem como pela maneira gentil e acolhedora como fizeram.

À minha Amiga “Anja”, como sempre a chamo, Kliandra Galdino, por dividir comigo amizade, sabedoria, conhecimento, com uma humildade e vontade de ajudar que só pessoas como ela sabem fazer.

À minha amiga Elani Santana, que além de me apresentar ao MPGOA, me incentivou e me mostrou as etapas do caminho a ser percorrido, me dando força em toda a trajetória deste trabalho.

À minha sobrinha Dr^a Layse Malagueta Lima, grande inspiradora e incentivadora deste trabalho e que, mesmo estando em outro continente com horários tão diferentes do nosso, dispôs do seu tempo para contribuir com esta pesquisa.

À minha mãe, Josefa Farias de Lima, minha eterna Professora, por ter me incentivado desde muito cedo, sobre a importância de sempre buscar o conhecimento.

À minha família Marcus Gondim (esposo) e Eyshila Gondim (filha), por sempre me incentivarem e pela paciência com as minhas ausências.

Aos colegas da turma 06 do MPGOA, com os quais vivenciei situações tanto doces quanto um tanto amargas, porém estávamos sempre juntos, unidos por um único ideal onde todos se ajudavam mutuamente com o propósito de chegarmos juntos ao nosso objetivo.

Aos colegas e amigos do CCM/UFPB, que fizeram parte da pesquisa com zelo e consideração, dispensando um pouco do seu tempo e compartilhando suas percepções e conhecimentos de forma a colaborar com esta pesquisa.

O meu muito obrigada a todos, pois sem o incentivo de vocês o caminho teria sido mais difícil.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas graças a Deus, não sou o que era antes.”

(Marthin Luther King)

RESUMO

Atualmente, é certo que não há como desvincular desenvolvimento sustentável das práticas diárias nas organizações. Faz-se necessária uma adequação, por parte das organizações, sejam elas públicas ou privadas, às diretrizes propostas pela Agenda 21, elaborada na Rio 92 e que tem como premissa a preservação do meio ambiente, bem como o desenvolvimento sustentável do planeta. O Brasil propôs a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em 1999 baseada nos requisitos da Agenda 21, com a intenção de inserir no contexto das organizações públicas diretrizes de sustentabilidade. Sendo assim, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), faz parte do Ministério do Meio Ambiente e foi instituída com o propósito de incentivar órgãos públicos de todas as esferas da administração direta e indireta a aderirem em seu cotidiano laboral práticas de cuidados com o meio ambiente. As propostas da A3P podem e devem ser aderidas em uma gestão sustentável porém sua implementação demanda empenho e determinação dos gestores. Dessa forma, este estudo teve como objetivo analisar qual a aderência do Centro de Ciências Médicas da UFPB (CCM/UFPB) aos requisitos da A3P. Esta pesquisa traz uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso e utilizou como instrumentos de pesquisa: entrevista e aplicação de um check list. Na análise dos dados coletados durante a pesquisa constatou-se que o Centro pesquisado adere a boa parte dos objetivos e eixos da A3P, porém o mesmo não possui uma política ambiental com propostas sobre práticas sustentáveis.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Meio Ambiente. Gestão Ambiental. CCM/UFPB.

ABSTRACT

Nowadays, it is true that there is no way to dissociate sustainable development from organizations' daily practices. It is necessary to adjust the guidelines proposed by Agenda 21, elaborated in Rio 92, which are based on the preservation of the environment and the sustainable development of the planet Earth. Brazil proposed the Environmental Agenda in Public Administration (A3P) in 1999 based on the requirements of Agenda 21, with the intention of inserting sustainability guidelines in the context of public organizations. As such, the Environmental Agenda in Public Administration (A3P) is part of the Ministry of the Environment and was established with the purpose of encouraging public agencies from all spheres (direct and indirect administration) to join their daily work practices into the environmental care. The A3P proposals can and must be carried out within a sustainable management framework by committed and determined managers. Thus, this study aimed to analyze the adherence of the Medical Sciences Center of the UFPB (CCM / UFPB) to the A3P requirements. This research also brings a qualitative approach of the study case type and used as research instruments: interviews and checklists fill in. The analysis of the data collected during this study verified that the researched Center accomplishes most of the A3P objectives, however it does not have an environmental policy with proposals on sustainable practices.

Key words: Sustainability. Environment. Environmental management. CCM/UFPB.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------|--|----|
| FIGURA 1 - | Coletor de móveis e utensílios domésticos em San Sebastian, Donostia, País Basco | 39 |
| FIGURA 2 - | Coletores de resíduos urbanos na cidade de Oeiras em Portugal..... | 40 |
| FIGURA 3 - | Coletores de resíduos urbanos em Versalhes, França | 40 |
| FIGURA 4 - | Estação da sustentabilidade, Curitiba/PR | 41 |
| FIGURA 5 - | Programa Câmbio Verde Curitiba/PR | 41 |
| FIGURA 6 - | Caminhão de coleta seletiva de materiais recicláveis | 42 |
| FIGURA 7 - | Caminhão “cata treco” | 43 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-------------|--|----|
| QUADRO 1 - | Dimensões da sustentabilidade | 36 |
| QUADRO 2 - | Trajetória cronológica dos movimentos sustentáveis no mundo | 38 |
| QUADRO 3 - | Relação de objetivos específicos com instrumentos de coleta de dados | 70 |
| QUADRO 4 - | Quanto à adesão aos objetivos da A3P | 71 |
| QUADRO 5 - | Quanto à adesão ao Eixo 1 da A3P | 73 |
| QUADRO 6 - | Quanto à adesão ao Eixo 2 da A3P | 74 |
| QUADRO 7 - | Quanto à adesão ao Eixo 3 da A3P | 76 |
| QUADRO 8 - | Quanto à adesão ao Eixo 4 da A3P | 79 |
| QUADRO 9 - | Quanto à adesão ao Eixo 5 da A3P | 80 |
| QUADRO 10 - | Análise dos dados de acordo com o objetivo 1 | 81 |
| QUADRO 11 - | Análise dos dados de acordo com o objetivo 2 - Categoria: Práticas sustentáveis existentes no CCM/UFPB. | 82 |
| QUADRO 12 - | Análise dos dados de acordo com o objetivo 2 - Categoria: Acompanhamento dos gastos de materiais | 84 |
| QUADRO 13 - | Análise dos dados de acordo com o objetivo 2 - Categoria: Separação dos resíduos | 86 |
| QUADRO 14 - | Análise dos dados de acordo com o objetivo 3 - Categoria: Para onde vai o lixo produzido no CCM/UFPB? | 88 |
| QUADRO 15 - | Análise dos dados de acordo com o objetivo 3 - Categoria: Consciência ambiental quanto ao descarte do lixo | 89 |
| QUADRO 16 - | Análise dos dados de acordo com o objetivo 3 - Categoria: Descarte de Resíduos Perigosos | 90 |
| QUADRO 17 - | Análise dos dados de acordo com o objetivo 4 | 92 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------------|---|
| A3P | Agenda Ambiental na Administração Pública |
| CCM | Centro de Ciências Médicas |
| CF | Constituição Federal do Brasil |
| CNUMAD | Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| UFCG | Universidade Federal de Campina Grande |
| UFLA | Universidade Federal de Lavras |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba |
| UFS | Universidade Federal de Sergipe |
| UFSC | Universidade Federal de São Carlos |
| UPE | Universidade de Pernambuco |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 18 |
| 2.1 | HISTÓRICO DO DEBATE SOBRE O MEIO AMBIENTE | 18 |
| 2.1.1 | Relatório do Clube de Roma | 21 |
| 2.1.2 | Conferência de Estocolmo | 22 |
| 2.1.3 | Relatório de Brundtland | 24 |
| 2.1.4 | RIO 92 | 26 |
| 2.1.5 | Rio + 10 e Rio + 20 | 27 |
| 2.2 | CONCEITO DE MEIO AMBIENTE | 29 |
| 3 | SUSTENTABILIDADE | 32 |
| 3.1 | CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE | 33 |
| 3.2 | SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE | 37 |
| 3.3 | AGENDA 21 | 43 |
| 3.4 | AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P..... | 45 |
| 4 | GESTÃO AMBIENTAL | 49 |
| 4.1 | GESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES | 50 |
| 5 | COMO AS QUESTÕES SUSTENTABILIDADE E AGENDA AMBIENTAL IMPACTAM AS ORGANIZAÇÕES | 54 |
| 5.1 | AGENDA AMBIENTAL NO SETOR PÚBLICO | 55 |
| 5.2 | QUAL O PAPEL DAS UNIVERSIDADES QUANTO AO CUMPRIMENTO DA AGENDA AMBIENTAL? | 56 |
| 5.3 | UFPB E AGENDA AMBIENTAL | 59 |
| 6 | METODOLOGIA DE PESQUISA | 63 |
| 6.1 | CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA | 64 |
| 6.2 | LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA | 67 |
| 6.3 | TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA | 68 |
| 6.4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 69 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 93 |
| 7.1 | RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS | 95 |
| 7.2 | LIMITAÇÕES DA PESQUISA | 95 |
| | REFERÊNCIAS | 97 |
| | ANEXO A – Chekc-List para verificar a aderência do CCM - UFPB aos requisitos da A3P | 105 |
| | ANEXO B – Aprovação pelo Comitê de Ética do CCM/UFPB | 109 |
| | APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista..... | 110 |
| | APÊNDICE B – Transcrição das Entrevistas..... | 112 |

1 INTRODUÇÃO

O planeta Terra, lugar cheio de vida, repleto de cores, sabores, aromas; lugar que representa o habitat de várias espécies de animais e plantas; pois é, este planeta está sofrendo as dores de um convalescente, sofrendo a perda de suas reservas naturais e, dessa forma, já apresenta sinais de que se encontra em desequilíbrio.

O próprio ser humano é o principal causador da poluição do ar, dos rios, da terra, além de ser, também, o executor da urbanização descontrolada. As ações impensadas do homem, o colocou no topo da lista dos responsáveis pelo aumento da emissão de gases no planeta, pelo aquecimento global, bem como da diminuição dos recursos naturais.

Essa sucessão acelerada de agressões ambientais que é noticiada todos os dias em todo o mundo, coloca em risco a sobrevivência de milhares de pessoas e ecossistemas.

É de se observar que há muito tempo, talvez centenas ou, até mesmo, milhares de anos, o modelo de exploração intensiva de recursos ambientais de forma indiscriminada, foi aumentando de tal forma, que hoje, quase não há uma preocupação do próprio ser humano em dar o tempo que o planeta precisa para repor os recursos que foram tirados dele. Atualmente, o que mais se vê é uma preocupação humana em acumular lucros no curto prazo, trata-se do imediatismo de enriquecer e viver o agora, sem querer saber se afetará os próximos moradores do planeta ou não.

A sustentabilidade consiste em preservar os recursos naturais de hoje para que estes não venham a se esgotar e faltar para as gerações futuras e, na atualidade, é indiscutível que sustentabilidade é um tema urgente e portanto, carece de uma atenção também urgente.

Disseminar a ideia de preservação do meio ambiente e praticar ações cotidianas que contribuam para tal são atitudes sustentadas pela busca constante de um planeta mais limpo, ou seja, pelo engajamento do próprio ser humano em preservar os recursos naturais do meio ambiente.

Há uma necessidade, hoje, de tornar o consumo sustentável em uma prática que alcance um quantitativo maior de pessoas, de forma que elas possam agir, sempre, com a responsabilidade de manter o meio ambiente limpo, dando, assim,

condições para que o planeta consiga repor os recursos naturais que perdeu com a exploração de suas reservas pelo próprio ser humano. Dentre tantos sinônimos de práticas de um consumo consciente, pode-se destacar: a aquisição de produtos advindos de materiais reciclados, como resma de papel reciclado, e a aquisição de materiais cujas embalagens sejam recicláveis, e com relação à prática sustentável, tem destaque o descarte correto dos resíduos de forma que possam ser reutilizados ou reciclados.

Na sociedade atual, o consumismo acelerado instiga o ser humano à aquisição de produtos quando, muitas vezes, não há necessidade de comprá-los. Isso leva a uma desvalorização daquilo que se tem em mãos e ao consequente descarte do “obsoleto” no lixo, não havendo, muitas vezes, nenhuma preocupação com as consequências desse descarte para o meio ambiente. Nas organizações públicas não é muito diferente, uma consciência sustentável se dá não apenas com consumo de papel de forma regrada, mas também, com a otimização da energia utilizada, com o uso correto de água sem deixar as torneiras abertas por muito tempo, descarte correto de pilhas, lâmpadas e materiais químicos.

Contudo, atualmente, observa-se uma maior preocupação e discussão com relação ao bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, levando a uma ética de valorização do ser humano e do meio ambiente, ao invés do consumo capitalista, que propaga a realização econômica em detrimento da realização pessoal e da sustentabilidade do planeta (OTTMAN, 1994).

O desenvolvimento sustentável é aquele que não esgota os recursos naturais, conciliando crescimento econômico e preservação da natureza.

Dentre muitas propostas pensadas para uma sociedade que se preocupa com a geração futura está a promoção de práticas sustentáveis e do consumo consciente dos recursos naturais. A gestão eficiente da energia e o uso racional dos recursos naturais; são preocupações de primeira ordem no que se refere à almejada sustentabilidade.

A aceitação e a aderência a uma visão ampla de responsabilidade com o meio ambiente faz com que as pessoas que aprendem sobre práticas sustentáveis, também executem um plano de ação para pôr em prática tudo o que aprenderam e, assim, ver mais na frente, os resultados obtidos.

Para um centro de ensino superior, aderir a um projeto de sustentabilidade dentro de seus domínios é algo desafiador, de uma vez que é preciso disseminar o

ideal de práticas sustentáveis junto a um grupo que, muitas vezes, ainda não tem nenhum preparo para receber diretrizes de tais práticas.

No Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (CCM/UFPB), alguns desafios precisam ser superados junto ao processo de conscientização sustentável, dessa forma faz-se necessário entender como funciona na prática diária essa relação entre comunidade acadêmica e práticas sustentáveis. Dentre muitos desafios que poderiam ser exemplificados, destaca-se a cultura individual de cada pessoa que, de um modo firme, tem resistência para uma mudança de comportamento e também a cultura organizacional que dispõe de poucas ferramentas que facilitem ou tornem esse processo mais eficiente, padronizado e, sobretudo, sustentável.

Diante desse fato, é preciso conhecer melhor a realidade do CCM/UFPB, de modo a conhecer suas práticas cotidianas voltadas para a preservação do meio ambiente. Para entender de forma mais estreita as problemáticas de uma gestão ambiental, assim como os impedimentos que existem e que não permitem uma ação da equipe como um todo de modo a impulsioná-la a favor de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho bem como o consumo consciente dos recursos disponibilizados dentro do campus, faz-se necessária uma pesquisa que aborde o tema.

Segundo Almeida (2009), sustentabilidade não tem um caráter passageiro, mas trata-se de uma visão sistêmica cujo objetivo é o comprometimento a longo prazo.

O CCM/UFPB é um centro de ensino superior da Universidade Federal da Paraíba localizado no campus I na cidade de João Pessoa e é responsável pela formação de profissionais da área de Medicina.

O curso foi reconhecido oficialmente pelo Governo Federal através do decreto 37.011/1955. Atualmente, o CCM/UFPB conta com um quadro funcional formado por 224 pessoas, entre servidores e terceirizados, dos quais 156 são professores, 55 são técnicos administrativos, e 13 são funcionários terceirizados. Trata-se de um centro que dispõe seus recursos de forma responsável com a premissa do bom funcionamento de suas instalações bem como da pronta assistência aos alunos e professores.

O CCM/UFPB já vem realizando algumas ações junto à comunidade acadêmica no que diz respeito a práticas sustentáveis como por exemplo, a disponibilização de lixeiras seletivas nos corredores. Porém, diante de uma gama de

atitudes que diminuem os impactos ambientais, ainda é uma diminuta ação devido à falta de empenho de mais pessoas para tratarem do assunto de forma mais engajada ampla e participativa.

Atualmente não existe uma equipe de servidores ou um setor no centro que seja voltado para solucionar demandas de sustentabilidade, o que ocorre é uma tentativa de práticas conscientes por parte de alguns servidores e alunos, contudo este ato ainda é pouco difundido e por isso o retrabalho torna-se constante. Há o programa do Governo Federal, chamado: Agenda Ambiental na Administração Pública, mais conhecido como A3P, que é um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), cuja premissa é uma proposta de práticas sustentáveis junto aos órgãos públicos. A A3P foi elaborada a partir da Agenda 21, programa lançado na Rio 92 na Conferência das Nações Unidas, como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis.

Foram três os motivos que abriram espaço para uma discussão sobre sustentabilidade nessa pesquisa, são eles:

1º Motivo Pessoal: a pesquisadora possui um olhar crítico voltado para práticas de cuidados com meio ambiente, já realizando, junto com sua família, várias ações sustentáveis como o descarte correto dos resíduos recicláveis, redução do consumo de água e consumo consciente. De uma vez que a pesquisadora é também servidora do CCM/UFPB, surgiu o interesse dela em aplicar em seu ambiente de trabalho práticas sustentáveis, de forma a contribuir para a preservação do meio ambiente e bem-estar social.

2º Motivo Institucional: o desejo de fazer com que o resultado dessa pesquisa contribua para que a gestão do CCM/UFPB se encaixe no ideal de um contexto sustentável, bem como no que diz respeito à práticas de cuidados ambientais.

3º Motivo Acadêmico: sustentabilidade trata-se de um campo urgente em pesquisas acadêmicas e, no entanto, esta, visa contribuir de alguma forma com os estudos da área, mais especificamente no Serviço Público Federal, de uma vez que, como órgão do governo devemos dar exemplo para a sociedade de boas práticas, inclusive de respeito com o meio ambiente.

Diante do exposto, verifica-se a inclinação do CCM/UFPB em realizar um trabalho com práticas sustentáveis e, considerando a importância do papel que o consumo consciente e as práticas sustentáveis exercem dentro de uma gestão sustentável, viu-se a necessidade de uma pesquisa no âmbito do mesmo.

Dessa forma, essa pesquisa está voltada para a seguinte questão: Qual a aderência do CCM/UFPB aos requisitos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?

Para responder essa questão, a pesquisa tem como objetivo geral analisar como se expressa a aderência do CCM/UFPB ao que propõe a A3P (2009), e como objetivos específicos:

1. Conhecer a percepção dos integrantes da Direção do CCM/UFPB sobre a A3P (2009);
2. Caracterizar as ações sustentáveis desenvolvidas no CCM/UFPB;
3. Identificar se a Direção do CCM/UFPB tem conhecimento da importância do descarte correto do lixo gerado no Centro;
4. Propor para o Centro um plano de ações sustentáveis pautado na A3P.

Do ponto de vista metodológico, essa pesquisa caracteriza-se, quanto à finalidade, como uma pesquisa aplicada; quanto aos objetivos gerais, como exploratória e descritiva; a abordagem do problema tem natureza qualitativa e; quanto aos métodos empregados caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Para a coleta de dados foram utilizados, como instrumentos de pesquisa, entrevistas semi-estruturadas e um *check list*. E por fim, para o tratamento dos dados foi realizada análise de conteúdo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DO DEBATE SOBRE MEIO AMBIENTE

Cientistas calculam que o planeta Terra tem pelo menos 4,5 bilhões de anos, e as pesquisas científicas que relatam a trajetória desse astro azul no qual o ser humano habita, mostram que ao longo de todos esses anos o planeta já passou por diversas mudanças em seu contexto ambiental; já houve inundações, degelos, ação de vulcões, tempestades ácidas, queda de meteoros, extinção de algumas espécies, e tudo isso de forma natural, faz parte do ciclo evolutivo da Terra; o que não está de acordo com esse ciclo evolutivo do planeta é a aparição de catástrofes ambientais provocadas pelo ser humano. Esse tipo de catástrofe ambiental tem acontecido em intervalos de tempo tão curtos que não permitem que o planeta se recupere.

Para Martins (2007), essa preocupação com o meio ambiente já vem sendo mostrada desde algumas ideologias propostas por Marx em meados de 1844, quando ele falava sobre a necessidade de entender que a natureza deve ser cuidada e que o homem faz parte da natureza. Dessa forma o autor diz: “Ao afirmar que “a natureza é o corpo inorgânico do homem”, Marx queria indicar que homem e natureza formam um conjunto indissociável, interdependente, cujos comportamentos refletem-se mutuamente.” (MARTINS, 2007 p. 19).

Ainda na concepção de Martins (2007):

...a história do planeta não é dissociável da ação humana. Desde que os primeiros antepassados do *Homo sapiens* começaram a percorrer as savanas africanas, pouco a pouco a situação ambiental global e regional tendeu a resultar da conjugação complexa dos movimentos da natureza com a ação humana (MARTINS, 2007, p. 23).

A princípio, o ser humano só precisava se alimentar e se proteger dos animais selvagens e das variações climáticas, com o passar do tempo as necessidades foram se alargando e tomando outras proporções. Para suprir essas novas necessidades, o homem se empenhou de tal forma que as práticas de desenvolvimento e subsistência dele passaram a interferir de forma mais agressiva na natureza e as mudanças começaram a ser também mais agressivas e sem

nenhuma preocupação com o tempo que o meio ambiente precisava para repor o que foi retirado dele, achava-se que os recursos naturais eram infinitos.

Ramos (2016), afirma que “o homem domina tudo, o próprio homem, o comércio, a produção, os lucros e o meio ambiente. Domina sem preocupar-se com os impactos ambientais, como se houvesse uma fonte inesgotável de recursos disponíveis” (RAMOS 2016, p. 12).

Dentro desse contexto pode-se perceber que em meados do século XVIII inicia-se a Revolução Industrial, evento este que aumentou de forma considerável a degradação do meio ambiente. A produção acelerada, as relações trabalhistas conflitantes, o descarte de material poluente indiscriminadamente, foram algumas das consequências para o chamado crescimento da economia industrial.

Nesse momento o homem passa a vivenciar o conflito razão e modernidade, tema debatido por Touraine (1994); onde ele fala que apenas a razão, não consegue compreender a complexidade moderna, para ele há dois fatores que formam a modernidade: a racionalização (diretrizes, ordem) e a subjetivação (aversão do homem à dominação).

Ao longo da história houve um momento onde a racionalização predominou em relação à subjetivação, o marxismo foi um dos ideais surgidos nessa época, cujas nuances fizeram mudanças históricas com suas ideologias e pensamentos.

Para o autor, dentro dessa dualidade razão/modernidade, a solução não é abandonar a modernidade, mas sim ter uma nova consciência onde a subjetivação e a racionalização trabalhem em conjunto para alcançar uma modernidade mais equilibrada.

A transformação da “sociedade da razão” na “sociedade do progresso” atingiu diferentes esferas da vida social, tanto o universo material quanto as concepções de vida, os modos de pensamento, os valores e a conduta do homem.

A industrialização trouxe consigo desenvolvimento e progresso. Para Touraine (1994), a ideia de progresso se posiciona entre a ideia de racionalização e a de desenvolvimento, de forma que o desenvolvimento mostra preferência política e a racionalização mostra preferência pelo conhecimento; ou seja, trata-se de identificar uma vontade política com uma necessidade histórica. Dessa forma tem-se que o progresso trouxe, arraigados em sua potencial conduta, a busca ferrenha pelo lucro acima de qualquer coisa, o consumismo, a poluição ambiental; e esses fatores contribuíram para que a razão humana, fosse, aos poucos, substituída por uma

razão instrumental, que segundo Horkheimer (1976) surge quando a ciência passa a ser utilizada não mais como fonte de conhecimento, mas agora como instrumento de manipulação e dominação das massas; é e nesse contexto de dominação que o progresso mostra não ter nenhuma preocupação com o meio ambiente e dessa forma passa a incentivar as pessoas a consumir cada vez mais e pensar nas consequências cada vez menos.

Nesse sentido, Horkheimer (1976) fazia uma crítica à razão instrumental, quando dizia que o processo de desumanização, ou seja, afastar o homem de sua consciência crítica, ameaça, por causa do progresso, aquilo “que se supõe ser o seu próprio objetivo: a ideia de homem” (HORKHEIMER, 1976, p. 5-6).

Nesse tempo de mudanças e rápido crescimento o homem parece meio perdido e, muitas vezes, não percebe que suas atitudes e os comportamentos do agora podem refletir de várias formas, inclusive mundialmente, é esse fenômeno que Giddens et al. (1997) chama de modernidade reflexiva e dá um pequeno exemplo sobre o que vem a ser esse termo quando diz:

Minha decisão de comprar uma determinada peça de roupa, por exemplo, ou um tipo específico de alimento, tem múltiplas implicações globais. Não somente afeta a sobrevivência de alguém que vive do outro lado do mundo, mas pode contribuir para um processo de deterioração ecológica que em si tem consequências potenciais para toda a humanidade. Esta extraordinária e acelerada relação entre as decisões do dia a dia e os resultados globais, juntamente com seu reverso, a influência das ordens globais sobre a vida individual, compõem o principal tema da nova agenda (GIDDENS et al., 1997, p. 75)

Para o autor, as atitudes que uma pessoa toma hoje, tem um grande potencial em regressar de forma lesiva; são os efeitos, os reflexos das atitudes. Dessa forma, modernização reflexiva, traduz-se como autoconfrontação, ou seja, é o momento em que o indivíduo reflete sobre ação e consequência dos efeitos da sociedade de risco, fato que não pode ser tratado como irrelevante.

Dentro da ideia de sociedade de risco, proposta pelo sociólogo Ulrich Beck (2011), tem-se que riscos são características da sociedade atual, engloba as incertezas prejudiciais à humanidade, vindas das descobertas da ciência e da tecnologia, são os riscos nucleares que podem desencadear acidentes e guerras, o risco ecológico, o risco genético e, até mesmo, o risco de um colapso econômico, está inserido nesse contexto.

A essa geração atual, o autor chama de sociedade de risco, pois há uma grande estimativa de que ela se autodestrua, seria a humanidade se autodestruindo de forma artificial, ou seja, a própria criação do homem (ciência e tecnologia) o extinguindo. O autor defende que os riscos se desencadearam a partir do desenvolvimento demasiado da sociedade e fala ainda que, diante de tantos riscos que o mundo vive, as regulações e diretrizes para controle são insuficientes, é como colocar freios de bicicleta em avião supersônico.

Segundo Seiffert (2010), as preocupações relacionadas com a qualidade do meio ambiente externo, ou seja, com a natureza em si, tem suas primeiras externalizações desenvolvidas e disseminadas no século XX. Ela fala ainda que a partir dessas preocupações ambientais houve muita pressão social que impulsionou a criação de regulamentações relacionadas ao controle ambiental onde fossem harmonizados os conflitos de interesse existentes entre as prioridades do empreendedor, as dos trabalhadores e também da sociedade, buscando assim tanto a qualidade no trabalho como no meio natural, fora das fábricas.

Para Reigota (2009, p. 12), “Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão às soluções”.

Em se tratando de meio ambiente, vê-se que se trata de um assunto que vem ganhando cada dia mais espaço e visão no mundo atual. Hoje, há uma urgência que chama a sociedade para a responsabilidade de perceber e entender a grandiosidade da questão ambiental e esse entendimento sobre o contexto ambiental acaba por trazer as pessoas para a realidade socioambiental de tal forma que ocasiona uma dedicação ao tema de maneira conjunta, profunda e intrínseca.

Para uma melhor compreensão do contexto histórico relacionado ao meio ambiente, é preciso conhecer o marco das preocupações mundiais sobre o tema.

Segue no próximo ponto, o evento que indica o início das discussões sobre cuidados ambientais.

2.1.1 Relatório do Clube de Roma

Foi a partir da linha de pensamento de um empresário italiano chamado Aurélio Peccel e de seu amigo, um cientista escocês Alexander King, que começaram as discussões sobre a finitude dos recursos naturais do planeta. Daquela conversa nasce a ideia de reunir cientistas, donos de indústrias e políticos com a finalidade de

discutir o tema meio ambiente; daí então surge em 1968, o Clube de Roma. O objetivo primordial das discussões desse seleto grupo era analisar os limites do crescimento econômico a partir da utilização dos recursos naturais.

Reigota (2009) afirma que foi no ano de 1968 que aconteceu em Roma uma reunião onde cientistas de países desenvolvidos e governantes se uniram para discutir o consumo crescente da população, as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial estimado até meados do século XXI. O autor fala ainda que as conclusões do ‘Clube de Roma’ mostraram uma urgência em encontrar outras maneiras de produzir sem prejudicar o meio ambiente, ou seja, produzir conservando os recursos naturais e controlando o crescimento da população, mas também foi citada a possibilidade de uma mudança radical na mentalidade de consumo e procriação.

Segundo Ramos (2016), as informações obtidas pelo Clube de Roma foram muito criticadas, pois a ideia era haver um controle no crescimento populacional dos países do terceiro mundo, para que os países industrializados continuassem a produzir e, por conseguinte também continuassem a vender os seus produtos.

Este foi um dos primeiros documentos sobre meio ambiente e causou grande discussão entre cientistas e governantes. Os maiores problemas ambientais vislumbrados nesse relatório eram remetidos à industrialização acelerada, escassez de alimentos, falta de controle no uso dos recursos naturais e aumento populacional descontrolado.

Dessa forma, tem-se que essa primeira discussão ambiental foi de suma importância, tendo em vista que quatro anos após seu acontecimento veio a Conferência de Estocolmo.

2.1.2 Conferência de Estocolmo

A Conferência das Nações Unidas, cujo acontecimento seu deu em Estocolmo na Suécia no ano de 1972, foi a primeira ação mundial a levantar uma proposta de preservação do meio ambiente. O termo ecodesenvolvimento apareceu nesse momento para dar um novo foco às ações de preservação do planeta.

Segundo Ramos (2016), foi a partir das informações obtidas a respeito dos recursos naturais do planeta e do seu manuseio que o Clube de Roma publicou um livro intitulado “Limites do Crescimento”. Este livro aborda os desafios ambientais de

uma forma bastante alarmante e por isso despertou o interesse da ONU para a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Estocolmo.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA explica:

Desde a década de 1960, a comunidade internacional vem testemunhando a situação dramática das populações de diferentes países africanos, assoladas pela seca, fome e guerras e, a partir da década de 1970, a mídia impressa e televisiva passaram a veicular imagens do deslocamento de milhares de refugiados africanos. Grandes movimentos migratórios e intensos processos de devastação ambiental começaram, então, a serem detectados em toda a África, especialmente na região semi-árida, ao sul do deserto do Sahara, conhecida como Sahel. A situação se caracterizava pela pobreza, fome e destruição de recursos naturais vitais (água, vegetação e solo). Tal destruição passou a ser chamada de desertificação (MMA, 2016, p. 1).

Pode-se perceber que o problema da desertificação e da migração de povos africanos deu margem para um olhar mais criterioso sobre o que estava acontecendo com aquela região. A partir desse momento começa-se a tentar entender os motivos que estão levando aquele lugar a se tornar deserto e sem condições de nenhum tipo de vida humana. Foi visto também que a desertificação não estava ocorrendo apenas no continente africano, mas estava acontecendo também em outros lugares do planeta, o que suscitou o pensamento de que havia algo errado na relação homem e meio ambiente.

Ainda de acordo com o MMA:

Era o início do entendimento, por parte da comunidade internacional, de que a desertificação deveria ser encarada como um problema em escala mundial e, portanto, necessitava de ações de caráter global. Foi, então, convocada, no âmbito das Nações Unidas, uma Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente Humano, que foi realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972. Nesta Conferência foram discutidos inúmeros temas relativos ao meio ambiente, incluindo a catástrofe africana, representada pela grande seca do Sahel (1967-1970) e os decorrentes problemas de desertificação (MMA, 2016, p. 1).

Para Veiga (2013), o tema primordial a ser abordado na Conferência, não era sobre a relação do homem com a natureza, ele diz:

Diplomatas suecos foram extremamente importantes para a alteração de tema da Conferência de Estocolmo, a qual seria realizada sobre o uso da energia nuclear para fins pacíficos e tornou-se a primeira cúpula mundial sobre a relação da humanidade com o restante da natureza (VEIGA, 2013, p.3).

Participaram da Conferência 113 países, dentre eles havia países desenvolvidos e países subdesenvolvidos; uns se colocavam de forma favorável a uma redução da poluição desenfreada que a indústria estava causando e outros se opunham.

Ramos (2016) diz:

Nessa conferência, evidenciou-se uma diferença entre ricos e pobres na visão do problema ambiental. Os ricos, achando que deveriam ser realizados controles internacionais rígidos para reduzir a poluição que atingia níveis alarmantes, e os pobres, não aceitando esse controle, por interpretá-lo como um freio ao seu desenvolvimento (RAMOS, 2016, p.15).

Para Ramos (2016), o Brasil ensaiou dentro desse contexto da Conferência, como um dos países em oposição, de uma vez que aqueles que o representaram na conferência entraram convencidos de que os países ricos, primeiro consumiriam todos os recursos naturais próprios e depois tentariam impedir os outros países mais pobres de fazê-los. Dessa forma a autora coloca que a posição de que o Brasil não se importaria em aceitar uma degradação ambiental para manter seu crescimento era verdadeira, e que, inclusive, nessa época o país estava em período de expansão industrial, período esse também chamado de milagre econômico, dessa forma o entendimento dos governantes era de que o preço a ser pago pelo desenvolvimento industrial e progresso do país era a poluição.

De acordo com a discussão dos autores acima citados, percebe-se que o diálogo da Conferência de Estocolmo foi, de fato, uma explanação mundial do problema que estava sendo vivenciado pela humanidade. A maioria da população do planeta acreditava que os recursos naturais eram infinitos, que as fontes eram inesgotáveis. As mídias impressas e televisivas fizeram seu papel de divulgação de informações e deram suporte informativo sobre a importância da preservação do meio ambiente.

O termo “ecodesenvolvimento” que foi amplamente discutido nessa conferência, foi substituído alguns anos depois, pelo termo “desenvolvimento sustentável” conforme será mostrado no próximo tópico.

2.1.3 Relatório de Brundtland

O Relatório de Brundtland surgiu no ano de 1987 através da ONU e tem esse nome em homenagem a sua criadora, uma médica norueguesa chamada Gro Harlem Brundtland que era primeira-ministra da Noruega.

Esse documento traz consigo uma particularidade, pois foi a partir dele que o conceito de desenvolvimento sustentável veio a fazer parte do cotidiano das discussões sobre meio ambiente de forma globalizada.

Para Nascimento (2012), “o Relatório de Brundtland de 1987 abriu um imenso debate na academia sobre o significado de desenvolvimento sustentável” (NASCIMENTO, 2012, p. 51).

Desde a Conferência de Estocolmo o termo utilizado era ecodesenvolvimento, a partir desse relatório o termo desenvolvimento sustentável passou a incorporar as discussões sobre preservação do planeta.

No documento, várias questões são apontadas como causas do desequilíbrio ambiental como pobreza, avanço tecnológico, práticas da sociedade, apelo ao consumo, etc. O Senado Federal do Brasil aponta algumas considerações sobre o Relatório de Brundtland:

Outra causa para a degradação ambiental, segundo o Relatório Brundtland, é a pobreza, pois “um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza”. Para atender às necessidades básicas de todos, o documento recomenda, então, “um crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja um crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas (SENADO, 2016, p. 1).

Ainda de acordo com o Senado Federal do Brasil, o Relatório de Brundtland traz a ideia de que as limitações ao desenvolvimento sustentável não estariam apenas no modelo de crescimento, baseado na exploração dos recursos naturais e nem somente no estímulo ao consumo por parte da população, mas estaria também nas limitações impostas pela situação tecnológica atual, bem como da organização social, no que se refere aos recursos ambientais, e o modo como o planeta consegue repor os recursos que dele foram tirados. A visão é a de que, a tecnologia e a sociedade podem e devem trabalhar em conjunto, sempre com o objetivo de encontrar uma forma de a economia mundial continuar crescendo sem esgotar os recursos do meio ambiente.

Segundo Cunha (2013),

[...] na aprovação do Relatório Brundtland (1987), buscou-se romper o paradigma de desenvolvimento aliado à exploração ilimitada dos recursos naturais e à exploração do homem nas regiões mais pobres do planeta, como meio de alcançar o sucesso econômico (CUNHA, 2013, p. 67).

Vê-se pelas colocações acima referenciadas que o Relatório de Brundtland foi mais um passo da Organização das Nações Unidas com a finalidade de tentar encontrar um caminho mais adequado para manter economia e meio ambiente equilibrados. Várias problemáticas foram levantadas, como o combate à pobreza, a relação tecnologia, sociedade consumidora e desenvolvimento econômico.

Cada passo dado pela humanidade para tentar acertar um modelo adequado dessa relação homem e meio ambiente ainda terá muitas falhas e limitações, mas o importante é o fato de que está havendo uma maior conscientização para o uso racional do meio ambiente e isso tem levado o homem à tentativas de encontrar uma solução que chegue perto do pretendido, dessa forma, 5 anos depois surgiu mais uma conferência e dessa vez no Brasil, a Rio 92.

2.1.4 RIO 92

Depois de passados vinte anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou mais uma conferência tendo como tema central o meio ambiente, foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) mais conhecida como Rio 92 ou Eco 92. Dessa vez, o encontro aconteceu no mês de junho do ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro. O número de países participantes cresceu em relação ao primeiro evento realizado em Estocolmo no ano de 1972 quando compareceram 113 países, dessa vez o número aumentou para 179 nações participando do evento.

Para Ramos (2016), “a Rio 92 tinha como objetivos retomar, recontextualizar, e ampliar princípios e recomendações pertinentes ao meio ambiente” (RAMOS, 2016, p. 17).

Cunha (2013) diz:

[...] também conhecida como Cúpula da Terra ou Rio-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, coloca o ser humano no centro das preocupações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, considerando o homem participante da diversidade biológica existente no ambiente. A Rio-92 impulsiona a luta por uma nova ordem sustentável, de equilíbrio com a natureza (CUNHA, 2013, p. 67).

Na concepção de Lima (2014), a Rio 92 trouxe, pelo menos no papel, o alcance da formação de um conselho mundial que, mais fortalecido em torno do conceito básico de sustentabilidade poderia contribuir de forma mais marcante no cenário ambiental, ele coloca ainda que todas as propostas sobre sustentabilidade partiram de países que fazem parte de órgãos de governança mundial como o FMI, Banco Mundial e ONU.

Vale salientar que três documentos importantes tiveram aprovação na Rio 92, são: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre Manejo das Floresta e a famosa Agenda 21.

Diante do exposto pode-se perceber que a Conferência Rio 92 teve papel fundamental na consolidação do quão séria estava a situação do planeta e que o desenvolvimento econômico precisava se preocupar não só com a questão ambiental, mas também com a dimensão social, como diz Nascimento (2012):

Nessa, está contida a ideia de que a pobreza é provocadora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas. A solidariedade com as próximas gerações introduz, de forma transversal, a dimensão ética (NASCIMENTO, 2012, p. 51).

Diante das considerações colocadas, pode-se perceber a importância da Rio 92 a nível global, a qual trouxe muitas contribuições, inclusive em nível social, mas não parou por aí, outras conferências aconteceram, para dar continuidade ao plano sustentável global, como a Rio + 10 e Rio + 20.

2.1.5 Rio + 10 e Rio + 20

A Rio +10, ou Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, trata-se de uma continuidade das discussões sobre meio ambiente e implementação das propostas lançadas dez anos antes na Rio 92. Esse encontro da ONU aconteceu entre 26 de agosto a 4 de setembro do ano de 2002 em Joannesburgo, África do Sul. A pauta principal era discutir o uso dos recursos naturais de forma a não agredir a natureza, dentre os outros temas discutidos na conferência destacam-se a erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável, consumo e utilização de recursos naturais e como as indústrias poderiam produzir poluindo menos.

Segundo Guimarães (2012):

Já em 2002, a Cúpula de Johannesburgo poderia ter sido uma oportunidade ímpar para seguir avançando, entre outros, na direção dos compromissos assumidos durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Monterrey, México, alguns meses antes, porém, os resultados da conferência, como veremos a seguir, não dão lugar a perspectivas otimistas sobre os imperativos da sustentabilidade, ao menos no curto prazo (GUIMARÃES, 2012 p. 22).

O que se percebe é que a Rio + 10 na verdade foi uma tentativa de consolidar os avanços das ideias sustentáveis que ocorreram há dez anos. Com a abertura do livre mercado ocorrida na década de 90, os países em desenvolvimento ficaram mais preocupados em crescer do que aderir às propostas da Agenda 21 e por causa desse impasse dez anos se passaram e os ideais propostos em 1992 ainda não tinham sido implementados.

A Rio + 20 aconteceu em Junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, comemorava-se na ocasião os 20 anos da Conferência das Nações Unidas. A ideia era avaliar os avanços do desenvolvimento sustentável e a renovação do compromisso das nações em preservar o meio ambiente.

Há uma definição no próprio site da Rio +20 do Governo Federal que diz que:

[...] o objetivo da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes (RIO20, 2016, p. 1).

Guimarães (2012) diz:

A convocação da Rio+20 reacendeu as esperanças de avançar na transição à uma sociedade global sustentável. A humanidade já havia transmitido a impressão, especialmente na década passada, de ter adquirido uma compreensão bastante acurada dos desafios que a civilização moderna terá que superar para mitigar e adaptar-se ao estresse ambiental planetário. Pese a isso, as questões que ainda dominam as agenda públicas, nacionais e entre os Estados-Nação, parecem eludir a natureza e a profundidade da crise (GUIMARÃES, 2012 p. 20).

O mundo vivenciava, mais uma vez, o reforço dos ideais sustentáveis, como se fosse mais uma dose de vacina contra a destruição do meio ambiente. Falar de

desenvolvimento sustentável sem falar no aspecto social parecia incompatível com a ideia de sustentabilidade.

O pesquisador, Nascimento (2012), faz uma observação interessante com relação ao propósito da Rio + 20 quando diz:

A questão é saber se ocorrerá um movimento no sentido de retirar do desenvolvimento sustentável a centralidade do social em direção ao ambiental. A fusão do eixo do combate à pobreza com a economia verde na Rio+20 parece indicar algo nesse sentido, assim como um novo “casamento” entre economia e meio ambiente (NASCIMENTO, 2012, p. 62).

Diante do exposto deduz-se que a Rio + 10 e a Rio + 20 são uma continuidade da cúpula mundial em levar adiante a proposta de um desenvolvimento sustentável que já vinha sendo disseminada pela ONU desde 1972 com a Conferência de Estocolmo. Propor diretrizes, ideais, diálogos, debates e editar documentos que vinculam os países a práticas sustentáveis de maneira urgente foi um passo decisivo para se tentar uma mudança nas práticas econômicas e sociais do planeta. Ainda há muito a se fazer até chegar a uma situação ambiental favorável, mas a disseminação global dessa ideia já começou há mais de 40 anos.

Dessa forma se faz necessário compreender os conceitos que permeiam o meio ambiente.

2.2 CONCEITO DE MEIO AMBIENTE

A evolução do conceito de Meio Ambiente foi tratada por vários autores, inicialmente com Branco (2004) quando o autor diz que, dá-se o nome de meio ambiente, ao conjunto ou composto de elementos e fatores físicos, químicos e biológicos que a natureza necessita para dar seguimento à sobrevivência das espécies.

Há uma completude no universo ambiental, onde cada elemento é indissociável do outro, seja direta ou indiretamente. Essa relação de interdependência deve ser entendida e compreendida pelo ser humano, fazendo com que cada pessoa perceba que ela faz parte desse meio ambiente e por isso deve preservá-lo.

Miller (2011) fala sobre o meio ambiente de uma forma bastante pertinente quando diz:

O meio ambiente é tudo o que nos cerca, ou, como o famoso físico Albert Einstein disse: “O meio ambiente é tudo o que não é parte de mim”. Ele inclui os seres vivos e as coisas não vivas (ar, água e energia) com as quais interagimos em uma complexa teia de relações que nos ligam uns aos outros e ao mundo em que vivemos.

Apesar dos nossos muitos avanços científicos e tecnológicos, somos totalmente dependentes do meio ambiente para a obtenção de ar e água limpos, comida, abrigo, energia e tudo o mais que precisamos para permanecer vivos e saudáveis. Como resultado, somos parte e não à parte do restante da natureza (MILLER, 2011, p. 6).

Trigueiro (2008), fala que a consciência ambiental acontece na exata proporção em que se percebe o meio ambiente como um fenômeno que se encontra e se inicia dentro de cada pessoa e se expande em todas as direções alcançando tudo que a cerca, bem como as relações que se estabelece com o universo.

É interessante notar que, de fato, quando há um entendimento de algum problema fica mais fácil tomar uma atitude para resolvê-lo. Isso mostra que, parte de cada um, individualmente, e posteriormente, conjuntamente, a premissa de agir a favor da preservação do meio ambiente. A conscientização social torna-se a primeira fase a ser instaurada nesse enorme projeto que visa desenvolver ações que propaguem a ideia e prática de cuidados ambientais, de uma vez que todos têm direito de usufruir dos ambientes naturais.

Segundo Rodrigues (2005), é somente no meio ambiente natural, aquele que o homem ainda não interferiu, que a dignidade da vida tanto humana como das demais formas de vida é tão explícita, ele fala ainda, que fica para as outras espécies do meio ambiente uma adequação com relação às regras e exigências do meio ambiente natural, de forma a ser possível desenhar um quadro de permanência e interrelação das atividades humanas com o meio natural.

A Constituição Federal do Brasil (CF) prevê em seu art. 225:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2016, p. 72).

O artigo, acima citado, mostra que a CF, feita em 1988 já previa a preservação do meio ambiente de forma a favorecer a coletividade nacional e este artigo é considerado o coração do direito ambiental, ou seja, é a base dele. A CF classificou o meio ambiente como algo essencial, não há lazer, não há trabalho e muito menos não há vida se não houver um ambiente equilibrado. Este artigo está intimamente

associado á solidariedade e á fraternidade, quando ele fala do dever de preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, pois ele está selando um pacto entre as gerações presentes para que usufruam e também preservem para que a próxima geração também possa partilhar dela. Aqui trata-se do direito das pessoas de verem as belezas naturais, de poderem utilizar os seus recursos de maneira sustentável, de poder conhecer a natureza em seu estado natural; é a biodiversidade para todos.

Ainda há um imenso trabalho a ser realizado pelas autoridades, porém já houve alguns avanços. A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81) no seu art. 3º diz:

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:
I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, 2016, p. 1).

Visto do espaço, o planeta Terra se destaca pela sua intensa cor azul, por isso na comunidade científica chamam-no de Planeta Azul. Dessa forma chega-se ao entendimento de que, quando se fala em meio ambiente, está se falando de todos os componentes que formam este planeta e tudo o que nele há, desde a proteção natural contra os raios do sol (camada de ozônio) até os elementos mais simples encontrados na areia ou no ar.

Qualquer elemento que se encontre no planeta Terra, seja vivo ou não vivo, na terra, no mar, no ar; qualquer forma existente dentro dessa bola azul flutuante no meio do nada e que tem o vazio como alicerce, recebe o nome de meio ambiente.

3 SUSTENTABILIDADE

Trata-se de um nome com uma certa complexidade, mas que se refere a algo bem simples, essa simplicidade quer dizer que as coisas devem ser feitas para ter uma durabilidade e também que consiga se manter por muito tempo e quando chegar o seu tempo de descarte que este seja direcionado para uma reciclagem ou reaproveitamento.

O dicionário Aurélio (2016), diz que sustentabilidade é: “Qualidade ou condição do que é sustentável”; e sustentável quer dizer que pode ser sustentado.

Sustentabilidade, sendo uma palavra comprida e com significado tão amplo traz consigo algumas denotações que atuam ao mesmo tempo; trata-se do ecologicamente correto, do economicamente viável, do socialmente justo, e do culturalmente diverso. Esse diálogo traz um questionamento sobre as atividades de várias empresas no país. A Samarco, empresa brasileira que trabalha com a mineração de ferro foi responsável pela tragédia ambiental ocorrida no mês de novembro do ano de 2015 na cidade de Mariana em Minas Gerais. Será que essa empresa trazia em sua essência uma real preocupação ambiental para que suas atividades fossem todas pautadas em sustentabilidade? Por certo, é viável para ela extrair minério de ferro, mas e a sua contrapartida para a população é socialmente justa? Trazendo essa vertente para este trabalho, pode-se imaginar alguns desafios que uma empresa pautada em uma visão de sustentabilidade enfrenta.

Ser sustentável confere a uma empresa o privilégio de olhar para trás e não ter nenhum arrependimento e ao mesmo tempo olhar para o seu presente e dizer: eu fiz a minha parte.

Hogan (2010) fala que a sustentabilidade é como se fosse uma moeda na qual a outra face é a vulnerabilidade, para ele, esses dois termos tem uma relação oposta, ou seja, quando há um aumento da vulnerabilidade ambiental que é o momento em que não há uma preocupação com o ecologicamente correto, nem com o economicamente viável ou mesmo com o socialmente justo e o culturalmente diverso, então a sustentabilidade diminui. Vendo pelo outro lado da moeda, quando há o aumento da sustentabilidade, que é o momento em que existe essa preocupação com os fatores acima citados, a vulnerabilidade diminui e a sustentabilidade se faz mais presente.

Falar de sustentabilidade é falar do equilíbrio entre o que agente precisa da natureza e o que agente oferece em troca, é economizar recursos e utilizar melhor o que a gente consome como água e energia por exemplo, é reciclar, é diminuir resíduos e poluentes, é pensar para onde vai tudo aquilo que se produz e descarta.

As questões sobre esse tema, portanto, abordam de forma conceitual a sustentabilidade do espaço urbano, no intuito de dar um sentido durável à cidade que surge, cresce e se transforma com a evolução da sociedade, mediante as relações estabelecidas entre o homem e o meio ambiente, para construir um espaço urbano com melhores condições ao longo de sua existência e do processo de desenvolvimento (MARTINS, 2015, p. 401).

A evolução da sociedade deve acontecer de forma equilibrada com a evolução da natureza. É uma relação de durabilidade para os dois lados, para a sociedade que deve e precisa evoluir e para a natureza que precisa se manter. A existência do ser humano está diretamente relacionada ao meio ambiente, de uma vez que, sem condições ambientais de sobrevivência não haveria ninguém no planeta. Mas se não houvesse seres humanos no mundo haveria natureza?

3.1 CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

O conceito de sustentabilidade traz visões de diferentes autores, segundo Pereira (2011):

Nas últimas décadas, o termo sustentabilidade tornou-se um princípio segundo o qual o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não deve comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras (PEREIRA, 2011, p. 3).

Pereira (2011), diz ainda que sustentabilidade pode ser entendida como um processo ou sistema que permite que ele exista por certo tempo ou por tempo indeterminado. Dessa forma ela mostra que o termo sustentabilidade corrobora com a ideia de preservação ambiental, ou seja, o desenvolvimento econômico deve estar atrelado à sustentabilidade do planeta.

Miller (2011) diz que sustentabilidade é a capacidade dos diversos sistemas da terra em se reconstruir, de sobreviverem e se adaptarem às condições ambientais em meio a tantas turbulências e mudanças, e estão nesse meio as economias e

sistemas culturais humanos. Ele fala ainda que o primeiro passo para uma sociedade sustentável é entender os componentes e a conservação do capital natural da terra e o segundo passo seria a aceitação de que atividades humanas prejudicam e degradam o capital natural quando utiliza os recursos naturais mais rápido do que a natureza consegue repor.

É o caso do desmatamento, retirada de água de depósitos subterrâneos, queimadas, extração de minérios, enfim. Para Miller (2011) uma sociedade sustentável, atende às necessidades básicas das pessoas que dela fazem parte, mas sem degradar ou extinguir o capital natural.

Para Cavalcanti (1995) “a economia não pode ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existe atividade humana sem água, fotossíntese ou ação microbiana no solo (CAVALCANTI, 1995, p. 8).

O autor fala ainda que o mundo atual, mesmo dando a devida importância ao conceito de desenvolvimento sustentável, que levou à Conferência Rio-92, segue um rumo ainda distante da real sustentabilidade, ou seja, tem planos que ainda não saíram do papel.

Há um grande número de empresas que já incluem em seu planejamento estratégico esse compromisso sustentável e essa atitude mostra que esse compromisso está deixando de ser apenas um discurso, ou seja, saiu do plano das ideias e conceitos para fazer parte do dia a dia dos negócios.

É de se atentar para o fato de que, quando das discussões que relacionam práticas empresariais sustentáveis, faz-se necessário observar até que ponto as organizações querem e implementam de fato a sustentabilidade, se as ações sustentáveis representam apenas uma prática discursiva das atitudes que na verdade só visam o lucro para estas empresas (CASTRO, 2010; LEAL, 2011).

Reciclagem, energia limpa, tratamento de resíduos, reflorestamento, produção de plástico reciclável, são ações que algumas empresas no Brasil já vem praticando, isso configura exemplo de responsabilidade sócio ambiental e é bastante comum ouvir falar de empresas que praticam a sustentabilidade em seus negócios.

Soares Júnior (2015) diz:

Torna-se imperativo, portanto, buscar e analisar modelos alternativos de utilização social e econômica do espaço, capazes não só de garantir a possibilidade de geração de valor econômico, mas que também considerem a utilização mais racional e longa dos recursos, bem como a possibilidade de garantir o atendimento das necessidades de gerações futuras, a partir de uma relação mais consciente[...] (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 10).

Há muito tempo sustentabilidade deixou de ser uma palavra incomum, e hoje tenta alcançar a sociedade como um todo em busca de cuidados com o meio ambiente.

Segundo Soares Júnior (2015), “o mundo desenvolvido perdeu o controle sobre o seu próprio destino, e isso pode se tornar um grande entrave para a economia global.” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 38).

A sustentabilidade é vista, na maioria dos estudos, dentro de uma composição tríplice, trata-se do chamado tripé da sustentabilidade ou *triple bottom line* proposto por Elkington (1997).

Essa composição tríplice mostra três dimensões estruturais que se relacionam: dimensão econômica, dimensão ambiental e dimensão social. A dimensão econômica pode ser melhor entendida quando dá a ideia de que inclui a economia formal bem como as atividades informais, atividades estas que se entendem como atividades de serviços para um conjunto de pessoas e dessa forma aumentam, assim, a renda familiar e o padrão de vida das pessoas.

Araújo (2006) diz:

Num esforço gigantesco de compreensão e de síntese, a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, conseguiu encontrar um caminho ao dizer que o Desenvolvimento Sustentável tem uma base formada por três pilares - o econômico, o social e o ambiental (triple-bottom line) - e um objetivo fundamental que é a erradicação da pobreza (ARAÚJO, 2006, p. 5).

Segundo Munck (2008), “Esta visão tripartite sugere que tanto o desenvolvimento econômico quanto a qualidade ambiental e a justiça social são relevantes para a compreensão da sustentabilidade.” (MUNCK, 2008, p. 3).

O quadro 1 mostra exemplos de ações sustentáveis em cada uma das três dimensões, adaptado do modelo proposto por Araújo et al. (2006).

Quadro 1 –Ações sustentáveis e suas dimensões.

| DIMENSÃO | AÇÕES SUSTENTÁVEIS |
|------------------|--|
| AMBIENTAL | Redução das Emissões de gases nocivos, de efluentes líquidos e de resíduos sólidos; Consumo consciente dos recursos água e energia; Conformidade com as normas ambientais; Exigência de um posicionamento sócio-ambiental dos fornecedores; Uso racional dos materiais utilizados na produção; Investimentos na biodiversidade; Programa de reciclagem e Preservação do meio ambiente. |
| ECONÔMICA | Aumento ou estabilidade do faturamento; Tributos pagos ao governo; Folha de pagamento; Maior lucratividade; Receita organizacional; Investimentos; Aumento das exportações (relacionamento com o mercado externo). |
| SOCIAL | Desenvolvimento da comunidade/sociedade; Segurança do trabalho e saúde ocupacional; Responsabilidade social; Treinamento; Cumprimento das práticas trabalhistas; Seguridade dos direitos humanos; Diversidade cultural. |

Fonte: Araújo et al. (2006 p. 18).

Araújo (2006), diz que vale salientar que se uma empresa investe apenas em práticas de cuidados ambientais, significa dizer que ela possui uma boa gestão ambiental; se uma empresa se debruça apenas para o social, significa dizer que ela tem uma boa gestão social; porém se uma empresa mescla ações voltadas tanto para o meio ambiente como para o social, isto se configura em uma gestão socioambiental. E por fim, ele diz que para uma empresa ser considerada dentro de um padrão de sustentabilidade empresarial, faz-se necessário apresentar ações voltadas para as três dimensões básicas citadas no quadro acima, dimensão ambiental, econômica e social.

Pereira (2007) diz:

É com base nesse tripé que as empresas devem orientar as suas decisões. Ou seja, a ética nos negócios ocorre quando as decisões de interesse da empresa também respeitam os direitos, os valores e os interesses relacionados aos impactos gerados por ela, seja na sociedade, no meio ambiente ou no futuro da própria organização (PEREIRA, 2007, p. 38).

Soares Júnior (2015) traz uma reflexão sobre o tripé da sustentabilidade quando diz:

Surge, então, o conceito de empreendedorismo sustentável, que amplia o foco de ação de algumas organizações, anteriormente voltadas exclusivamente para a geração de lucros e que, agora, passam a considerar a busca do equilíbrio entre três aspectos fundamentais: economia, sociedade e meio ambiente (SOARES JUNIOR, 2015, p. 16).

Pode-se perceber que o tripé da sustentabilidade se trata de uma alegoria perfeita para auxiliar no entendimento de uma gestão pautada em cuidados com o meio ambiente. Quando os aspectos econômicos, ambientais e sociais, trabalham juntos, integrados, acontece a gestão sustentável e consegue-se entender o sentido dessa integralidade. Sem esses três pilares para dar um embasamento às atividades de uma organização não haveria sustentabilidade.

A Organização das Nações Unidas (ONU) direciona um entendimento no que diz respeito ao termo sustentabilidade quando diz que, este envolve os seguintes aspectos: manutenção e conservação do solo, bem como da água e da mesma forma também se preocupa com os materiais genéticos dos animais e dos vegetais, tudo isso com a intenção conjunta de não degradar o meio ambiente, utilizando-se de técnicas apropriadas e que tenha viabilidade econômica e seja aceita socialmente (GIORDANO, 2005, p. 257).

Diante das discussões acima, denota-se que a sustentabilidade traz em seu conceito uma responsabilidade com a melhoria das condições do planeta.

Para a implementação de um novo conceito sustentável, de forma que o mesmo desempenhe o papel esperado, faz-se necessário que tanto empresas, como governos, bem como a sociedade se apropriem dessa proposta de forma responsável, de uma vez que a ação de todos conjuntamente exerce papel de grande importância para que o homem e a natureza se beneficiem mutuamente.

3.2 SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

Foi na Conferência Rio 92 que o termo sustentabilidade se cristalizou e até hoje é sinônimo de cuidados com os recursos naturais do planeta. Esse tema onde se pressupõe uma vida respeitosa entre todo o ecossistema, teve um caminho percorrido ao longo do tempo.

Araújo (2006) traçou uma trajetória cronológica acerca das discussões, a princípio, apenas com o tema meio ambiente e em sequência com o termo

desenvolvimento sustentável, onde mostra que este começou a ser difundido em meados de 1987.

Quadro 2 – Trajetória Cronológica

| 1968 | 1972 | 1983 |
|--|---|---|
| Clube de Roma | Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, a primeira do gênero. | Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| 1987 | 1992 | 2002 |
| Relatório Brundtland, na ONU, difundindo a expressão desenvolvimento sustentável | Conferência das Nações Unidas Rio+10 sobre Meio Ambiente e Protocolo de Kyoto Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, Rio-92. | Rio+10 Protocolo de Kyoto |

Fonte: Adaptado de Araújo (2006, p.5)

Segundo Soares Júnior (2015):

Até a década de 1960, parecia reinar absoluta entre capitalistas e gestores a percepção de que o consumo intensivo de matéria-prima e a geração de resíduos das operações industriais não criavam problemas que merecessem a devida atenção ou que pudessem prejudicar a própria dinâmica funcional das unidades produtivas (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 39).

A visão de Soares Júnior (2015), no trecho acima citado mostra que as unidades produtivas na época de 1960 ainda não tinham a consciência de que os recursos naturais do planeta eram finitos.

Segundo Guimarães (2009) a nascente do termo sustentabilidade tem seu início em 1972 com uma proposta de desenvolvimento econômico quando ainda se chamava de ecodesenvolvimento.

Ainda na visão de Guimarães (2009):

Este conceito surge no momento em que se reconhece que o padrão de desenvolvimento em curso, que tem tido como objetivo central o progresso econômico, apresenta situações impossíveis do ponto de vista biofísico quando projetado para o futuro (GUIMARÃES, 2009, p. 308).

Normalmente se projeta um futuro a partir de ações no presente. O choque produzido pelo lançamento da bomba atômica em Hiroshima e a descoberta de que o homem havia alcançado suficiente poder técnico para destruir a vida de todo o planeta, aliados a aterrissagem à Lua, que despertou a reflexão sobre a finitude do planeta Terra, foram alguns dos fatores que levaram a humanidade a se

conscientizar da limitação dos recursos naturais e dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente.

Aos poucos uma sociedade mais esclarecida, principalmente a partir da Europa, começou a ter uma consciência de que ela também precisava fazer a sua parte nessa luta pela redução do lixo descartado na natureza. Empresas começaram a desenvolver produtos cujos materiais fossem recicláveis ou retornáveis, ou com redução na utilização de água e as pessoas começaram a se preocupar com o descarte correto das embalagens daquilo que consumiam. No mês de agosto de 2016, buscou-se informações *in loco*, em alguns países da Europa para ver como algumas cidades, (País Basco: San Sebastian, em Portugal: Oeiras, na França: Mesanger e Versalhes) percebiam a sustentabilidade e como se dava no dia a dia essa responsabilidade social com o meio ambiente.

A visão de sustentabilidade, nessas cidades é levada a sério e acredita-se que o seu nível de comprometimento ambiental seja maior devido ao esclarecimento da população sobre o assunto, bem como o amadurecimento intelectual pautado em uma educação conscientizadora. No País Basco, que fica entre a França e a Espanha, a cidade de San Sebastian destacou-se pela sua beleza natural. A cidade é limpa e as pessoas vivem de forma bastante envolvida com o descarte correto dos resíduos domésticos, e chegam a ficar descontentes se alguém não cumpre as diretrizes de sustentabilidade propostas pela cidade. Coletores de resíduos de óleo, plástico, latas, vidros, papel e orgânicos são dispostos em pontos da cidade e os moradores levam até esses coletores o material separado em casa. A cidade conta, ainda com a coleta de móveis e outros objetos que não podem ser dispensados nos coletores acima citados. O morador que colocar, por exemplo, um sofá ou outro objeto com esse perfil na rua, pagará multa.

Figura 1. Coletor de móveis e utensílios domésticos em San Sebastian, Donostia, País Basco.



Fonte: acervo pessoal

Abaixo segue um registro de Oeiras em Portugal, o lugar é bastante limpo. Percebe-se a ideia da não poluição visual, cada coletor de resíduo está sobre uma grande caixa subterrânea onde se acumula o material descartado. Segundo informações de moradores locais, os resíduos são recolhidos por um caminhão da prefeitura e encaminhados para a triagem e posterior reciclagem.

Figura 2. Coletores de resíduos urbanos na cidade de Oeiras em Portugal



Fonte: acervo pessoal

Em Versalhes, na França, pode-se perceber que a proposta da não poluição visual, também é difundida. Os coletores de resíduos, mostrados na figura 3, tem um aspecto positivo do ponto de vista estético e abaixo deles se concentram os materiais que são coletados por caminhões e levados para reciclagem.

Apesar de ser uma cidade turística, Versalhes mantém um aspecto de limpeza, os turistas que andam pela cidade procuram os coletores para descartarem os resíduos advindos do próprio consumo.

Figura 3. Coletores de resíduos urbanos em Versalhes, França.



Fonte: acervo pessoal

No Brasil, em 2010 a empresa tecnológica Siemens junto com a Economist Intelligence Unit , realizou uma pesquisa cujo relatório intitulado: Green City Index (Índice de Cidades Verdes da América Latina); analisou 17 cidades e classificou a cidade de Curitiba no Paraná como a cidade mais sustentável da América Latina e ainda está entre as cidades mais verdes do mundo. De todas as cidades avaliadas, a capital paranaense se destacou por ser a única que teve pontuação “Bem acima da média”¹ na avaliação geral. Em seguida, as cidades brasileiras que também tiveram boa pontuação, e portanto foram consideradas “Acima da média”, foram: Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo o Portal da Prefeitura de Curitiba (2017), a coleta seletiva em Curitiba é sinônimo de eficiência, postos de coleta são disponibilizados nos principais pontos da cidade, existe a coleta segregada que tem uma agenda semanal em dias alternados e horários já fixados, onde caminhões coletores, próprios para recicláveis e caminhões próprios para lixo comum fazem o trabalho de retirada de material nos bairros.

Há também o programa Câmbio Verde, onde acontece a troca de material reciclável por frutas e verduras, o Disque Solidariedade que é o programa que recebe mobílias e eletrodomésticos usados e direciona para famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre outras ações.

Figura 4. Estação da Sustentabilidade, Curitiba-PR.



Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br>

Figura 5. Programa Câmbio Verde. Curitiba PR.



Fonte: <http://vilatorres.blogspot.com.br>

Segundo a Prefeitura de João Pessoa (2016), a capital paraibana foi mencionada como referência brasileira durante a Rio+20, Conferência das Nações

¹ Nos resultados da pesquisa, o índice de classificação se dava da seguinte forma: Bem abaixo da média; Abaixo da média; Média, Acima da Média; Bem acima da média.

Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, e destacou-se por ser a primeira cidade a elaborar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, plano este lançado em novembro de 2010.

A capital paraibana tem o Plano Municipal de Gestão de Resíduos sólidos e tem trilhado os caminhos para se desenvolver sustentavelmente.

O programa de gestão de materiais recicláveis, promovido pela prefeitura, conta com 5 pontos de coleta seletiva:

- Cabo Branco
- Bessa
- 13 de Maio
- Jardim Cidade Universitária
- Mangabeira

Tanto os agentes ambientais (antigos catadores dos lixões) como os caminhões baú, passam em dias previamente agendados para fazer a coleta dos materiais separados nas residências ou pode-se levar os recicláveis diretamente nesses pontos, a coleta de mobílias inservíveis (fogão, geladeira, armário, sofás, etc.) também é feita nas residências, para isso fica disponível no site da prefeitura um número de telefone onde a população pode solicitar a retirada do material, chama-se serviço de coleta “Cata-Treco” e visa evitar que esses inservíveis sejam dispensados nas calçadas ou terrenos causando poluição visual, ecológica ou sirvam como fonte geradora de mosquitos. O programa de Coleta Seletiva em João Pessoa já existe há 17 anos, porém, há dois anos o programa só recebia uma média de 10% do lixo produzido na cidade. Dessa forma, pode-se perceber que o programa é uma ação de sustentabilidade bastante positiva na cidade, mas ainda é carente em sua divulgação, pois muitas pessoas ainda não entendem como funciona o programa e até mesmo não sabem como separar o lixo ou não dão a devida importância.

Figura 6. Caminhão de Coleta Seletiva de materiais recicláveis.



Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

Figura 7. Caminhão “Cata Treco”, atende de forma gratuita em João Pessoa.



Fonte: <http://g1.globo.com/pb/paraiba>

Diante do que foi exposto, denota-se que desde o surgimento do conceito de sustentabilidade, o movimento ecológico tem movido organizações, governos e pessoas para uma responsabilidade socioambiental. O processo para implantação de um programa sustentável é trabalhoso e demanda investimento, compromisso e persistência. Diante dos exemplos acima, vemos que o processo pode até ser lento, porém a médio e longo prazo dá certo.

Para um melhor entendimento sobre o contexto de um desenvolvimento sustentável, faz-se necessário esclarecer o significado da Agenda 21, que será abordado no próximo tópico.

3.3 AGENDA 21

No ano de 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Cúpula da Terra e ainda Rio 92, mediu acordos com chefes de estados na tentativa de promover um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável” de forma a alcançar o planeta inteiro.

A proposta da Agenda 21 foi assinada por, pelo menos, 179 países que participavam da Rio 92.

Segundo MMA (2016), este documento é composto por 40 capítulos, que versam sobre a mais abrangente tentativa que já aconteceu com o intuito de promover, a nível planetário, o desenvolvimento sustentável, e se caracteriza em um instrumento de planejamento que visa a construção de sociedades responsáveis com o meio ambiente e, portanto, sustentáveis, em diferentes lugares geográficos

que interrelacionem proteção da natureza, justiça social e desenvolvimento econômico.

A Agenda 21 tem esse nome por se tratar de uma proposta pensada para abranger o século XXI, espera-se que dentro desse período de tempo as nações tenham conseguido progredir com o desenvolvimento sustentável e tenham conseguido também, pelo menos, diminuir os impactos ambientais.

Kruger (2011) diz:

Assim, destaca-se, entre as iniciativas globais voltadas para a temática, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ECO-92), que criou a Agenda 21, com o objetivo de propiciar maior respaldo às discussões e ações sobre sustentabilidade, através de diretrizes de planejamento e construção de sociedades sustentáveis (KRUGER, 2011, p. 45).

É pertinente a visão de Miller que em 1985, já dizia que a Terra pode ser comparada a uma espaçonave, pois o planeta viaja pelo espaço sideral a uma velocidade de aproximadamente cem mil quilômetros por hora, de forma que não há a mínima possibilidade de acontecer uma parada para reabastecimento, porém o autor destaca que é possível um aproveitamento de energia solar e de reciclagem de matéria, o que manteria a vida nessa nave pelo tempo que ela precisasse se deslocar. Só que ele enfatiza também, que se a quantidade de pessoas nessa nave aumentar de forma exponencial, ela não conseguirá reaproveitar seus recursos de forma a reabastecer seus estoques de matérias naturais, de uma vez que não há postos de reabastecimento. É nesse momento que se pode vislumbrar problemas de médio e longo prazos, sérios, para a manutenção da população.

Pode-se perceber que o aumento da população juntamente com o consumo insustentável dos recursos naturais do planeta provocam o desequilíbrio ambiental e a consequente devastação das paisagens e extinção de várias espécies tanto de animais como de plantas.

Para Malheiros (2008), a Agenda 21:

[...]representa instrumentos de comprometimento internacional, voltados para o desenvolvimento sustentável, considerados marcos institucionais para o esforço conjunto de governos de todo o mundo para ações que aliem desenvolvimento e meio ambiente (MALHEIROS, 2008, p. 8).

Segundo Braga (2005), o grau de desordem do planeta ou a chamada entropia, acontece como uma tendência natural de qualquer sistema; em se tratando do meio

ambiente, é o caso de utilizar os recursos naturais finitos gerando algum tipo de poluição.

Luiz (2013) assevera que seguindo os princípios da Agenda 21 Global, os países estão desenvolvendo cada um as suas Agendas Locais baseando-se nas prioridades de cada região, ele cita ainda que foi exatamente o que aconteceu no Brasil, que no ano de 2002 desenvolveu a Agenda 21 Brasileira, que vem integrando os Planos Plurianuais do Governo Federal (PPA) desde 2004.

Em meio a esse turbilhão planetário de desordem ambiental que vive-se atualmente, denota-se que a Agenda 21 mostrou uma “luz no fim do túnel”, ou seja, mostrou que é possível uma diminuição dos impactos ambientais no planeta desde que haja uma aceitação do problema por parte das nações e também uma aceitação da proposta e implementação desse documento. A partir da Agenda 21 foi produzida a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

3.4 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P

A Agenda Ambiental na Administração Pública, mais conhecida como a A3P, trata-se de um programa do MMA, criado com a intenção de inserir a administração pública dentro das diretrizes da agenda ambiental global e prevê o enfrentamento das graves questões ambientais.

Santana (2013) diz:

A partir da Agenda 21 Global, o governo brasileiro criou a Agenda 21 Brasileira que trata das ações propostas para a preservação do Meio Ambiente, assim como a disseminação de novos conhecimentos para esse fim. Em conjunto com essa ação foi criada a Carta da Terra que é um documento oficial brasileiro; que discorre sobre a situação ambiental atual e a que queremos chegar. Ressaltando as responsabilidades individuais que os cidadãos precisam assumir diante da realidade existente, na busca de uma mudança cotidiana para preservar o meio ambiente (SANTANA, 2013, p. 63).

A Cartilha A3P (2009) diz que a A3P surgiu no ano de 1999 e veio em forma de um projeto do MMA em busca de uma revisão nos padrões de produção e consumo bem como da adoção de novas práticas que coubessem dentro da proposta de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública.

O MMA diz a respeito da A3P:

Era preciso pensar em como gastar menos energia para manter as instalações, como reduzir os gastos, como gerar o mínimo de rejeitos, como adquirir produtos que causassem menos danos ao meio ambiente, em suma, como implantar um programa de sustentabilidade na administração pública (MMA, 2016, p.1).

Kruger (2011) ressalta que o Governo brasileiro, unindo as diretrizes de sustentabilidade e tendo como objetivo a promoção de práticas sustentáveis no cotidiano dos órgãos públicos, instituiu em 1999, o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que não tem obrigatoriedade legal mas tem sido difundida e recomendada para todos os entes da administração pública como um todo.

A Cartilha feita pelo MMA (A3P, 2009) diz que a A3P é uma iniciativa que requer engajamento tanto individual quanto coletivo, e precisa do comprometimento pessoal e da “disposição para incorporar conceitos preconizados”, com a finalidade de provocar uma mudança de hábitos na sociedade e também a difusão do programa; a Cartilha diz ainda reconhecer o importante papel que a administração pública desempenha enquanto consumidora e também como usuária de recursos naturais bem como a sua capacidade de propagação de novos padrões de comportamento socioambiental.

O entendimento do MMA é que a finalidade da administração pública é o atendimento e a satisfação dos interesses coletivos, dessa forma a administração pública tem também a obrigação de ser exemplo para todos os setores da sociedade, promovendo o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis.

Kruger (2011) diz ainda:

Observa-se, então, que por ser recomendada aos entes da administração pública a A3P pode e deve ser aderida pelas instituições de ensino superior, vinculadas a administração pública, por serem, estas, centros de difusão do conhecimento e, portanto, entidades credenciadas para transmitir ações e exemplos de sustentabilidade à sociedade, através de suas práticas cotidianas (KRUGER, 2011, p. 45).

Dessa forma entende-se que a A3P, pode ser implementada por qualquer órgão público da administração direta ou indireta. As instituições de ensino superior, por terem como característica principal a disseminação de saberes, não poderia ficar de fora dessa Agenda. A Universidade gera conhecimentos que devem alcançar a sociedade de forma a contribuir para o seu desenvolvimento, e em se tratando de sustentabilidade, a Universidade pode contribuir tanto no sentido de parceria com

cooperativas de reciclagem como também de forma a dar exemplo para a população de ações sustentáveis.

Luiz (2013), fala que, tendo-se por base as recomendações da Agenda 21, se construiu um programa denominado Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que pretende otimizar o consumo de materiais e produção de documentos na administração de forma a promover uma revisão dos padrões de consumo e produção e a sensibilização dos gestores públicos para aderir novos referenciais de sustentabilidade ambiental em suas atividades.

Os gestores dos Centros de Ensino nas Universidades, tem papel fundamental nessa perspectiva de adesão à A3P, pois eles passam a ser exemplo de ações sustentáveis dentro da comunidade acadêmica na qual está inserido.

A Cartilha (A3P, 2009) diz:

Em 2002, a A3P foi reconhecida pela UNESCO devido à relevância do trabalho desempenhado e dos resultados positivos obtidos ao longo do seu desenvolvimento, ganhando o prêmio "O melhor dos exemplos" na categoria Meio Ambiente (MMA, 2009, p. 30).

A Cartilha (A3P, 2009) diz ainda que diante da sua importância, ela passou a ser incluída no PPA 2004/2007 fazendo parte do programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, tendo continuidade no PPA 2008/2011. E fala ainda que esse feito garantiu recursos que tornaram possível a implantação efetiva da A3P, tornando-a um referencial de sustentabilidade nas atividades públicas.

Para Kruger (2011):

Tal agenda é pautada por cinco objetivos: (i) sensibilização dos gestores públicos; (ii) promoção da economia de recursos naturais e gastos institucionais; (iii) redução do impacto socioambiental, provocado pelas atividades cotidianas; (iv) contribuição para a revisão dos padrões de produção e consumo, assim como adoção de novos referenciais na administração pública; e (v) melhoria da qualidade de vida (KRUGER, 2011, p. 48).

Ainda na percepção de Kruger (2011), com a finalidade de realizar o que propõe, a A3P, segue uma estrutura pautada em cinco eixos temáticos que norteiam a execução de seus trabalhos. Esses eixos são desenvolvidos com base na política dos 5R's (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos):

1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
2. Gestão adequada dos resíduos gerados;

3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
4. Sensibilização e capacitação dos servidores;
5. Licitações Sustentáveis.

O MMA (2009) diz: “O lixo adequadamente manuseado pode produzir riquezas na forma de energia, produtos reciclados, com uma enorme economia no que se refere à extração de matéria-prima” (MMA, 2009, p. 58)

Dessa forma entende-se que a A3P traz em si a retórica da sustentabilidade na administração pública. Trata-se de um programa que surpreende pela sua sensibilidade ambiental e suas diretrizes são muito bem explicadas, de forma a dar uma sustentação para cada ação sustentável a ser implementada.

Diante do exposto, para que haja uma implantação de qualquer plano de desenvolvimento sustentável, faz-se necessário esclarecer alguns pontos sobre gestão ambiental, é o que será tratado a seguir.

4 GESTÃO AMBIENTAL

Gestão Ambiental configura-se em uma atividade que busca o equilíbrio entre ações humanas e preservação do planeta, e ajuda as pessoas a desenvolverem uma consciência de proteção do meio ambiente em prol do bem estar de todas as formas de vida, inclusive a do próprio homem. Trata-se de uma administração feita com prudência de todos os recursos naturais como: água, solo, animais, plantas, inclusive microorganismos e o próprio homem.

Para Barbieri e Silva (2011):

A gestão ambiental está voltada para a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos aos problemas ambientais que concernem às organizações, por meio de processos administrativos típicos, como planejamento, controle, coordenação, motivação e outros, para alcançar objetivos e metas específicos em diferentes níveis de atuação, do operacional ao estratégico (BARBIERI E SILVA, 2011, p. 78).

De acordo com Dias (2011) as pessoas que fazem a organização, como os administradores e colaboradores, estão dentro do público-alvo da gestão sustentável, estes precisam ser esclarecidos sobre o consumo consciente e também estimulados a desempenhar suas funções pautados, tanto na preocupação de eliminar desperdícios como em preservar o planeta.

Lopes, Schaffer e Berté (2014), diz: “Dessa forma, percebe-se que existe uma estreita relação entre o desenvolvimento econômico e social e o meio ambiente.”(LOPES; SCHAFFER; BERTÉ, 2014, p. 8).

É importante salientar que uma gestão pautada em sustentabilidade vai direcionar o seu desenvolvimento de forma a proporcionar o bem comum entre organização e meio ambiente, porém esse processo só terá êxito mediante a participação das pessoas em mudar suas atitudes diárias e aderir às diretrizes propostas pela gestão.

A partir das discussões acima denota-se que quando se fala em meio ambiente e sustentabilidade, não se está falando apenas em organizações privadas e públicas, mas também na sociedade como um todo. Pode-se dizer que organizações públicas, organizações privadas e sociedade podem e devem andar juntas para que as diretrizes propostas por uma gestão ambiental funcione.

Nesse sentido se considera importante que o tema seja discutido, também, dentro de um contexto nas organizações.

4.1 GESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES

As pesquisas e estudos que versam sobre o sistema solar mostram, dentro desse sistema, uma organização que talvez a imaginação humana nunca consiga entendê-la como um todo. Trata-se de uma espécie de gestão do cosmos que combina cada elemento, cada raio do sol e partículas desprendidas da colisão de estrelas que associadas ao vácuo e à expansão provocada pelo Big Bang, se configuram em uma bela e perfeita administração.

A gestão ambiental deveria andar nesse mesmo compasso e sincronismo que acontece no espaço, mas não tem sido assim.

Vive-se dias de uma urgente e eficaz administração do meio ambiente, uma gestão ambiental que consiga manter o equilíbrio entre homem e natureza, onde não haja perdas para nenhuma das partes.

Acredita-se que a administração do cosmos dá certo porque os astros respeitam as diretrizes do universo, mas e se as indústrias espalhadas pelo planeta, bem como toda a sociedade humana respeitasse as leis da natureza, será que isso funcionaria aqui na Terra?

Pode-se dizer, que primeiro as pessoas precisam entender e internalizar o conceito de meio ambiente, os dilemas que o planeta vem presenciando e saber a que se refere o termo sustentabilidade.

Para Dias (2011), as práticas de sustentabilidade, as quais corroboram com a gestão ambiental, ocorrem de forma integrada com a gestão da organização. Para ele, é imprescindível que haja a disseminação do conhecimento sobre sustentabilidade, para que as pessoas que fazem a organização entendam o tanto que elas são importantes nesse papel de consumidores conscientes rumo a sustentabilidade.

Na concepção de Lopes, Schaffer e Berté (2014):

Nesse cenário, a gestão ambiental é muito mais que uma atividade filantrópica ou preocupação de ambientalistas e ecologistas, mas uma atitude que pode favorecer lucros para as empresas (LOPES; SCHAFFER; BERTÉ, 2014, p. 8).

Diante do exposto depreende-se que não dá pra dissociar as atividades organizacionais na atualidade do contexto ambiental.

É importante que, hoje, a gestão ambiental direcione inovações na área de desenvolvimento sustentável, através das próprias organizações, para que não se sobressaia apenas a vertente da lucratividade. Não se pode mais pensar somente no lucro, é preciso internalizar essa corrente ambiental na produção, pois qualquer produto hoje gera um impacto ambiental, seja no setor de vestuário, alimentício, eletrônico ou outros.

Tauchen e Brandli (2006) fala que a Gestão Ambiental tornou-se muito importante no cenário que compete às organizações e dentro desse contexto organizacional, o que se chama de consciência ecológica atinge também os vários setores da sociedade em todo o mundo, isso inclui também a área educacional, entre elas as Instituições de Ensino Superior.

Ainda na percepção de Tauchen e Brandli (2006):

Os casos de gestão ambiental em âmbito universitário encontrados no mundo e no Brasil constituem, na maioria das vezes, práticas isoladas em situações em que a instituição já está implementada e funcionando. Esta situação revela a preocupação crescente de adaptação das universidades em busca de um desenvolvimento sustentável, não só no aspecto do ensino, mas de práticas de funcionamento ambientalmente corretas. (TAUCHEN E BRANDLI, 2006, p. 513).

Friend (2009) diz que a organização deve conhecer os custos dos resíduos que produz e que o intuito de disseminar conhecimento sobre sustentabilidade dentro da empresa é que as equipes não se limitem a melhorar a eficiência, mas continuem a descobrir de forma sistemática oportunidades de fazê-lo, diz ainda que o colaborador não assimila conhecimentos sobre ações de práticas sustentáveis apenas através da leitura de um manual de sustentabilidade, mas serão necessários, principalmente, interação humana e respeito mútuo e o exemplo da direção faz parte desse processo.

Atualmente a dinâmica organizacional passa por situações que carecem de aprendizagem em vários aspectos por causa das rápidas mudanças globais. Tudo tem acontecido de maneira muito enérgica, as mudanças na sociedade, nas organizações e também nas pessoas, é uma enxurrada de informações que precisam ser compartilhadas de forma eficiente e eficaz.

Friend (2009) diz ainda que as organizações estão passando por um momento de turbulência e instabilidade, elas estão em um momento de busca constante de autoaperfeiçoamento com a finalidade de tornarem-se mais competitivas, garantirem

sua sobrevivência e, por conseguinte, conseguirem superar as adversidades e os desafios vividos no dia a dia corporativo. Traçar seus planos de vantagem competitiva na atualidade implica em ter ações sustentáveis, faz parte do contexto.

Uma gestão ambiental precisa se apoiar em vários vértices que deem suporte às práticas sustentáveis, as pessoas da organização precisam ver a gestão engajada nesse propósito, Isso contribuirá para a compreensão fundamental da relação e interação da humanidade com todo o ambiente e fomenta uma ética ambiental pública a respeito do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida, despertando nos indivíduos e nos grupos sociais organizados o desejo de participar da construção de sua cidadania (TAUCHEN; BRANDLI, 2006).

Partindo desse pressuposto, tem-se que uma educação ambiental e uma consciência de práticas sustentáveis faz parte de uma boa gestão ambiental e precisa ser disseminada de forma que o indivíduo aprenda, assimile e execute a ideia que se formulou em sua mente. É a partir da compreensão do conteúdo que o indivíduo pode ou não abraçar a ideia.

Para uma equipe abraçar a causa de ações sustentáveis e trilhar rumo à sustentabilidade, segundo Friend (2009), faz-se necessária uma caminhada pautada na verdade, utilizando a comunicação, como poderosa ferramenta que é, para gerar uma consciência ambiental e estabelecer uma credibilidade, junto aos colaboradores, com ações que suportem a mensagem de economia verde, se preocupando com o meio ambiente, mas principalmente com as pessoas e sua dignidade.

Para Friend (2009) se caminhará rumo à sustentabilidade a partir de uma disseminação dessa ideia. Ainda na visão do autor, para que uma proposta baseada em uma gestão ambiental seja bem recebida pela equipe organizacional, ela deve ser verdadeira e respeitosa, devendo seguir algumas diretrizes que auxiliarão na construção da ideia de preservação do meio ambiente. São elas:

- Estudar as outras empresas que fazem uma comunicação rumo a sustentabilidade e melhorá-la,
- Fazer uma autoanálise, observar quais atitudes não sustentáveis a empresa pratica,
- Listar essas ações não sustentáveis e traçar um plano para torná-las ambientalmente corretas, lembrando sempre que, a prática é mais importante do que a mensagem que será compartilhada através das campanhas de

incentivo sustentável. Por isso os gestores devem dar exemplo de práticas e consumo consciente, ou seja, o ideal é que eles digam pouco e façam muito.

- Divulgar os seus valores, experiências de uma gestão verde, sempre dizendo a verdade e assumindo um papel de responsabilidade com o planeta

No que diz respeito à gestão ambiental há uma citação de Dias (2011) que diz que esta não parte somente do grupo de gerentes da empresa mas, afetados de forma igual pelas campanhas de incentivo ou por influência de amigos e parentes, os colaboradores das empresas, muitas vezes, constituem uma “opinião pública” que influencia o quadro dirigente a adotar medidas corretivas ou proativas em relação ao meio ambiente, não só interno como também externo à organização.

Esse pensamento mostra que a gestão que considera as práticas sustentáveis como importantes não está condicionada a partir apenas da cúpula da organização, mas pode vir como uma exigência das pessoas que fazem a empresa. Mostra ainda que o interesse por práticas sustentáveis dentro das organizações é latente, de uma vez que hoje há informações as mais diversas sobre vários assuntos e desperta o interesse grupal por aprender mais e por conseguinte contribuir para a preservação do meio ambiente.

Diante das discussões acima colocadas denota-se que a Gestão Ambiental pode e deve ser implementada por todos os membros da organização, a começar por pequenas atitudes diárias como fechar a torneira enquanto ensaboa as mãos, por exemplo; porém ela precisa alcançar também, o dia a dia de vários profissionais, sejam eles médicos, professores, administradores, engenheiros, dentistas, enfim, eles precisam ter essa noção e preocupação do que acontece com aqueles produtos que eles utilizam, o que vai ser feito dele quando não servir mais para uso ou, qual o impacto ambiental que a produção daquele produto desencadeia.

Essa linha de pensamento pode levar o profissional a questionar qual o caminho que determinado produto deve percorrer para que ao final de seu ciclo de vida útil e, até mesmo no momento da sua produção, ele não venha a denegrir o meio ambiente. Pensamentos como esses fazem parte de uma boa gestão ambiental e direciona o indivíduo a encontrar soluções que levem a novas formas de pensar sobre melhorias tanto para o desenvolvimento econômico como preservação ambiental.

5 COMO AS QUESTÕES DA SUSTENTABILIDADE E AGENDA AMBIENTAL IMPACTAM AS ORGANIZAÇÕES

A relação entre sustentabilidade e agenda ambiental foi tratada por vários autores, iniciando por Savitz e Weber (2007), quando ele diz que uma empresa considerada sustentável é uma empresa que consegue gerar lucro para o acionista e simultaneamente proteger o meio ambiente e gerar melhorias na vida das pessoas e grupos com os quais interage. É uma via de mão dupla, onde as práticas sustentáveis tanto geram lucro como proporcionam melhoria de vida para as pessoas bem como preservação do meio ambiente.

Pereira (2007), diz que pequenas empresas mostram que ter responsabilidade com o meio ambiente, com a sociedade em geral e com o próprio negócio, é algo de natureza bastante simples, barata e urgente.

Para Soares Júnior (2015), o modelo de sustentabilidade gera lucro e bem-estar social.

Como modelo de condução de decisões e ações organizacionais, o empreendedorismo sustentável se volta para o planejamento e implantação de estratégias capazes de gerar valor econômico, mas que também buscam a racionalização no uso dos recursos materiais, a promoção do bem-estar social e a preservação do meio ambiente (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 9).

Ainda na visão de Soares Júnior (2015), os materiais técnico-científico são responsáveis pela grande eclosão da crise ambiental, e nesse caso as implicações da não adesão às práticas sustentáveis são de ordem negativas. Para ele, o controle da área técnico científica deve ser pensado dentro das organizações de forma a não permitir que problemas tanto ambientais como sociais e econômicos se façam fortalecidos.

Ele diz ainda:

Não é de se estranhar, portanto, que a eclosão da crise ambiental se dê no nosso contexto técnico-científico-informacional, quando o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las. E não se trata apenas de questões de impacto ambiental, mas também de desdobramentos socioeconômicos (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 26).

Na visão de Pereira (2007), o caminho para a sustentabilidade envolve uma grande transformação no perfil dos negócios, para ela as empresas não podem

pensar apenas em compensar os impactos ambientais que os seus negócios geram, mas elas também precisam buscar outras formas de manter as suas atividades lucrativas, porém sem geração alguma de impacto ou devolvendo para a sociedade e para o meio ambiente muito mais benefícios do que os males que a sua atividade causa.

Nesse sentido pode-se dizer que, atualmente, há uma consciência organizacional que fomenta a necessidade de associação dos negócios com o meio ambiente. As organizações cada vez mais entendem que precisam se contextualizar com o tema sustentabilidade e que mesmo preservando o planeta se consegue obter lucros.

Dentro de um contexto organizacional, como funciona a Agenda Ambiental quando se trata de um órgão público?

5.1 AGENDA AMBIENTAL NO SETOR PÚBLICO

O Setor Público, também chamado de Administração Pública, é formado por um conjunto de órgãos, entidades e empresas estatais vinculadas a uma determinada esfera do Governo.

A razão de ser da Administração Pública, é a regulação social, pois quando se analisa, por exemplo, o transporte e o trânsito, vê-se a necessidade de criar regras capazes de organizar as demandas vindas da sociedade para que não cause tumultos de ordem física e psicológica.

Nas empresas privadas, a finalidade das atividades desenvolvidas é o lucro, já no setor público a finalidade é o atendimento das necessidades da sociedade (saúde, educação, transporte, segurança, etc.), ou seja, é a produtividade com relação aos serviços prestados para a população, de forma a promover o bem comum.

Entende-se, que as organizações públicas conseguem desenvolver suas atividades e atender o público de forma satisfatória e sem prejudicar o meio ambiente. Para isso foram criados regulamentos que direcionam as ações, tanto dos órgãos públicos, como da sociedade em geral, para um desenvolvimento sustentável.

Segundo o Portal Brasil (2016), as leis que tratam do meio ambiente, no Brasil, estão entre as mais completas e avançadas do mundo, no entanto não existe uma aplicabilidade considerável.

Para Cavalcante (2016), a Agenda Ambiental Brasileira voltada para o setor público, pode ser aplicada em toda a administração pública, englobando a esfera dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e no âmbito de governo (Municipal, Estadual e Federal).

A autora diz ainda que:

Muitas organizações e instituições governamentais ou não governamentais têm construído agendas ambientais e agendas 21. Na avaliação das implicações ambientais, não se pode esquecer que o homem é o integrante diferencial do meio ambiente que, na prática, é um todo formado por partes igualmente complexas, geralmente frágeis e passivas (CAVALCANTE, 2016, p. 198).

Dessa forma, tem-se que a Agenda Ambiental no Setor Público é uma forma de trazer essa responsabilidade com o meio ambiente, também, para as organizações públicas, de forma que haja uma significativa contribuição ambiental e, ainda, passe para a sociedade uma mensagem de respeito com a natureza bem como do desenvolvimento sustentável do país.

Diante das considerações feitas sobre o Setor Público, faz-se necessário, para um melhor entendimento do tema, apontar o diálogo entre o papel das Universidades e a Agenda Ambiental.

5.2 QUAL O PAPEL DAS UNIVERSIDADES QUANTO AO CUMPRIMENTO DA AGENDA AMBIENTAL?

O meio acadêmico traz consigo várias temáticas e preocupações com a preservação do meio ambiente, porém ainda há muitos desafios a serem enfrentados. Wennen (2000), fala que o desenvolvimento sustentável nas Universidades no século XXI é um tema desafiador e, portanto sua abordagem junto a comunidade acadêmica e sociedade é inadiável.

Sabe-se que o papel das Universidades é formar profissionais, cidadãos com consciência crítica, também faz parte de sua retórica impulsionar a busca pelo conhecimento, trabalhar a ideia e a articulação dos saberes, e devolver para a sociedade conhecimento científico em forma de melhorias para todos.

Dessa forma pode-se perceber a grande importância dessas instituições para o desenvolvimento humano, inclusive no campo filosófico, onde as grandes questões da vida são abordadas de maneira reflexiva.

Mas não basta apenas ter uma ideologia ambiental sem ter também uma aderência mais concreta; é nessa lacuna que entra a Agenda Ambiental, como fonte reguladora e norteadora para que o campus saia do plano das ideias e passe para o plano das práticas.

Algumas Universidades no Brasil, aderiram às propostas da A3P, é o caso da Universidade Federal de Sergipe (UFS), já a Universidade Estadual de Pernambuco (UPE) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSC) desenvolveram suas próprias Agendas Ambientais com diretrizes e propostas de acordo com o MMA.

Diante de tão grande responsabilidade, vê-se que várias instituições de ensino superior espalhadas pelo mundo, tem dado exemplo de sustentabilidade em seus campi.

No ano de 2014, aconteceu a “*GreenMetric World University Ranking*” (Instituto especializado em estudos sobre universidades sustentáveis), que foi uma proposta da Universidade da Indonésia, em promover uma conferência internacional para classificar as universidades que mais contribuíam sustentavelmente no mundo. O primeiro lugar da lista ficou para a Universidade de Nottingham no Reino Unido; dentre as Universidades do Brasil, a Universidade Federal de Lavras (UFLA) em Minas Gerais, alcançou o 26º lugar e se classificou como a representante mais bem colocada na América Latina alcançando o 1º lugar no ranking.

A conquista da UFLA, é resultado de um planejamento ambiental, antes, as preocupações com desenvolvimento sustentável faziam parte apenas do campo das ideias e a comunidade acadêmica era instruída sobre o tema, mas a prática dessas ideias não estava funcionando dentro da instituição.

Dessa forma em 2009 foi criado o Plano Ambiental para uma Universidade Socioambientalmente Correta.

Algumas práticas ambientais que constam nesse Plano, foram concretizadas no campus, dentre elas:

- Instrução sobre descarte seletivo e cuidados com o meio ambiente para alunos, servidores e contratados;
- gestão de resíduos químicos;
- Coletores seletivos por todo o campus;

- Convênio com a ²Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Lavras (Acamar);
- Construções ecologicamente corretas;
- Aproveitamento da água da chuva, através das calhas que foram colocadas nos pavilhões de aulas e RU, e da água resultante das atividades do novo RU.

As ações e práticas sustentáveis na UFLA não param por aqui, existem outras ações como, por exemplo, a instalação de cinco bicicletários, sendo cada um com 21 painéis fotovoltaicos, que convertem luz solar em energia limpa.

Não foi à toa que essa Instituição de Ensino Superior recebeu o título de Universidade mais sustentável da América Latina em 2014, de fato vê-se o empenho, tanto da gestão, pela coragem e empenho em investir seus recursos em sustentabilidade e cuidados ecológicos, como das pessoas que participam da instituição (professores, alunos, servidores, contratados) em manter e preservar todo o esforço empregado pela gestão na melhoria, tanto da qualidade de vida da comunidade acadêmica, como do meio ambiente.

Para que uma agenda ambiental passe a fazer parte de uma cultura organizacional, grandes esforços precisam ser feitos, desde a educação sustentável e capacitação ambiental até o investimento financeiro para que haja adaptações e até mesmo incentivo de pesquisas.

Silva e Mendes (2009), defendem que “em geral, nas Universidades Brasileiras observa-se o não cumprimento com os princípios da sustentabilidade ambiental e, em muitas delas, observa-se práticas incorretas quanto ao manuseio de resíduos, inclusive dos perigosos” (SILVA; MENDES, 2009 p. 43).

Para Mascarelli (2009), as pesquisas científicas são muito bem recebidas pela sociedade, pois tendem a atender necessidades da população que carecem de estudos sérios nas suas mais variadas questões. Dessa forma, o autor acredita que as Universidades que abraçam os ideais sustentáveis, desenvolvendo em seu campus práticas e ações de cuidados com o meio ambiente, acabam mostrando o valor que a temática merece e isso traz a sociedade para junto da discussão, o que é bastante positivo porque gera essa consciência ambiental nas pessoas.

2 ¹Cooperativa responsável pela busca, triagem e venda dos resíduos recicláveis separados na instituição, a coleta acontece duas vezes por semana.

As abordagens acima referenciadas mostram uma discussão no âmbito das universidades em geral, mas e com relação a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como se dá essa relação com a Agenda Ambiental?

5.3 UFPB E AGENDA AMBIENTAL

A Universidade Federal da Paraíba, criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, era chamada de Universidade da Paraíba por ter sido formada pela união de algumas escolas de curso superior.

Em 13 de dezembro de 1960 ocorreu a federalização da mesma pela Lei nº. 3.835 e, dessa forma, foi transformada em Universidade Federal da Paraíba (UFPB), incorporando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

Foi no início do ano de 2002 que a UFPB passou pelo desmembramento de quatro, dos seus sete *campi*, dando surgimento à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A UFPB é composta por quatro *campi*, sendo o Campus I localizado em João Pessoa, o campus II em Areia, o campus III em Bananeiras e o Campus IV em Mamanguape/ Rio Tinto. No início de 2017 foram ofertadas 7790 vagas distribuídas entre 123 cursos de graduação

O campus I da UFPB conta com 13 Centros de Ensino, dentre eles está o Centro de Ciências Médicas – CCM/UFPB, objeto de estudo desse trabalho. Atualmente ainda não existe um setor no CCM/UFPB voltado para dirimir demandas de cuidados com o meio ambiente, porém a Direção atual do mesmo tem dado espaço para melhorias, inclusive no que diz respeito a qualidade de vida da comunidade acadêmica (redário, mesas para socialização, sala do descanso, etc.), bem como algumas práticas de redução de consumo de materiais de expediente.

Em seu Plano de Trabalho para 2017, está incluída a preocupação socioambiental, dessa forma tem-se que o Centro entende a urgência em trabalhar o tema e se mostra bastante interessado em buscar melhorias em suas atividades no que diz respeito a sustentabilidade e tem pressa por desenvolver suas habilidades ecológicas junto aos alunos e servidores de forma a contribuir com a preservação dos recursos naturais, bem como passar para os seus discentes a importância de

levar essa responsabilidade socioambiental tanto para a vida profissional como para a vida cotidiana.

A UFPB traz em seu histórico, uma trajetória de lutas e conquistas, sempre buscando melhorias. Dessa forma foi feito o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) idealizado para abranger, do ano de 2014 até 2018, onde constam várias informações (missão, visão, valores) e metas a serem alcançadas dentro desse intervalo de tempo.

A Universidade Federal da Paraíba, com o objetivo primordial em suprir ou atender às atuais necessidades da sociedade, em especial no que se refere ao conhecimento, estabelece como **missão**:

A Geração e difusão do conhecimento que possa propiciar o desenvolvimento científico-tecnológico, socioambiental, econômico e cultural por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em estreita interação com os poderes públicos, setor produtivo e movimentos sociais de modo a construir uma sociedade mais justa (PDI, 2014, p. 14).

E como **visão** apresenta:

Ser uma Universidade comprometida com a excelência acadêmica e com formas gerenciais e organizacionais avançadas e eficazes que possam promover a sua liderança no processo de desenvolvimento científico-tecnológico, socioambiental, econômico e cultural (PDI UFPB, 2014, p. 14).

A missão e a visão da instituição são firmadas nos seguintes **valores**:

Respeito e compromisso com o bem público, ética, transparência, respeito à diversidade, valorização do ser humano, sustentabilidade ambiental, econômica e social (PDI, 2014, p. 14).

A missão, visão e valores de uma organização mostram a personalidade organizacional, isso quer dizer que é através desse alicerce que a sociedade entende qual o direcionamento daquela empresa, quais as suas aspirações e projetos.

Dessa forma, a UFPB mostra sua disposição em trabalhar em todos os seus campi, propostas socioambientais, de uma vez que, tanto na missão, quanto na visão e valores fala-se das questões sustentáveis.

Consta no PDI (2014) da Universidade sete comissões que tratam das principais discussões sociais e administrativas, são elas:

- Comissão de Bem – estar Animal
- Comissão de Direitos Humanos
- Comissão de Ética
- Comissão de Gestão Ambiental
- Comitê de Inclusão e Acessibilidade
- Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
- Comissão Própria de Avaliação

A Comissão de Gestão Ambiental (CGA), tem sua criação datada de fevereiro de 2013, através da Portaria de número 427 R/GR, e assinada pela Magnífica Reitora Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz. O objetivo primordial da CGA é dar suporte à Universidade na identificação de demandas sustentáveis e formulação de estratégias de enfrentamento dos desafios ambientais da Instituição.

É de responsabilidade da CGA a elaboração de programas de gestão ambiental bem como suas implementações e, em seu endereço virtual (<http://www.ufpb.br/cga>), pode-se facilmente identificar os programas ambientais que são desenvolvidos no campus da Universidade.

Programas da CGA:

- Coleta Seletiva e Compostagem
- Consumo Consciente
- Educação Ambiental
- Eficiência Energética
- Gestão de Águas

A coleta seletiva foi implantada no Campus desde 2011 com a motivação do Decreto Presidencial 5.940/06 que institui que deve existir a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora.

O destino desse material separado deve ser as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis (antigos catadores dos lixões),

Dessa forma o Programa de Coleta Seletiva da UFPB, proporciona um trabalho sócio-econômico-ambiental, de uma vez que, através do programa há:

- Inclusão social dos agentes ambientais (antigos catadores informais);
- Redução da quantidade de resíduos jogados nos aterros sanitários;

- Oferece uma melhor qualidade de vida para toda a comunidade acadêmica.

A lei 9.795/1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental e é fonte motivadora para a inclusão do Programa de Educação Ambiental na UFPB. Esta, em seu artigo 1º diz:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

O objetivo do Programa de Educação Ambiental da CGA é apresentar um plano de Educação Ambiental articulado com o Plano de Logística Sustentável da UFPB, tendo como finalidade disseminar conhecimento sustentável e consciência crítica na comunidade acadêmica sobre cuidados com o meio ambiente.

Em se tratando do Programa de Eficiência Energética, o objetivo é otimizar o uso da energia elétrica de forma a reduzir o consumo desnecessário. Algumas ações sustentáveis são encorajadas como a troca de equipamentos com alto gasto de energia por outros mais econômicos; o uso de lâmpadas mais eficientes e soluções que busquem utilizar a luz solar como fonte de iluminação durante o dia.

A CGA, não deixou de fora a questão da água, recurso que a cada dia parece mais passível de escassez. Para dar suporte a essa preocupação hídrica, foi criado o Programa Gestão de Águas, a finalidade desse projeto é o monitoramento do consumo de água na Instituição, observando a situação atual, combatendo desperdícios e controlando sua qualidade. Faz parte dos planos da CGA a implantação de um sistema que auxilie na reutilização da água do campus.

Pode-se perceber que a UFPB já vem caminhando dentro de uma proposta de sustentabilidade em seus campi, porém essas práticas precisam de mais divulgação entre os centros de ensino, e estes por sua vez, precisam abraçar a ideia, de forma que haja um chamamento para a responsabilidade socioambiental e todos juntos possam contribuir de forma consciente para uma Universidade mais sustentável

6 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia desta pesquisa científica traduz-se como o caminho a ser percorrido de forma precisa e coerente. Para que se trilhe esse caminho metodológico foi preciso dividi-lo em etapas que foram seguidas pelo pesquisador com a finalidade de desenvolver o teor da pesquisa, cujo objetivo deve ser traçado para se chegar a um resultado aceitável e válido.

A metodologia da pesquisa é o rumo a ser seguido para se chegar aos objetivos.

Segundo Gil (2010), a pesquisa é vista como “um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”, essa ideia mostra a relevância da pesquisa quanto a sua formalização. A descoberta de respostas para problemas detectados constitui o objetivo principal da pesquisa que, para ser reconhecida, deve empregar procedimentos científicos.

No entendimento de Vergara (2004), para uma determinada metodologia ser aplicada depende do objeto a ser estudado, sua natureza e os objetivos traçados. É de fundamental importância descrever os fatos a serem estudados e também compreender os fenômenos que os regem e para isso faz-se necessário recolher dados que apontem de forma compreensível os fatos que serão estudados.

Duarte e Barros (2011), comparam as técnicas de pesquisa disponibilizadas na literatura com um conjunto de ferramentas, dizem ainda que a escolha mais adequada da ferramenta de trabalho é de suma importância para se conseguir êxito na pesquisa.

Com a finalidade de proporcionar uma melhor compreensão sobre a metodologia desta pesquisa, este capítulo traz uma divisão em tópicos dispostos de forma organizada nos seguintes moldes:

- caracterização da pesquisa,
- sujeitos da pesquisa,
- técnicas de coleta de dados,
- instrumentos de pesquisa,
- tratamento dos dados e método de análise dos dados.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para atender ao objetivo proposto por este estudo, buscou-se analisar o nível de aderência do CCM/UFPB aos requisitos da A3P do Ministério do Meio Ambiente – MMA, e para tal pode-se dizer que esta pesquisa classifica-se, de acordo com a finalidade, como uma pesquisa aplicada.

Gil (2010), diz que uma pesquisa aplicada tem como objetivo construir conhecimentos que possam ser aplicados na prática, de forma que venham auxiliar na resolução de problemas específicos identificados nos contextos sociais cujos desafios são objetos de pesquisa para estudiosos da área.

Com relação aos objetivos gerais, esta pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, por se tratar de um estudo onde a pesquisadora procurou encontrar mais informações sobre o tema proposto e também procurou descrever de que forma acontece a aplicação da A3P no dia a dia do CCM/UFPB e, de que forma, a importância da sua aplicação foi repassada para todo o Centro. De acordo com um caráter exploratório, elaborou-se, a partir do Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P, uma investigação que mostrou as necessidades e pontos a serem observados pela gestão organizacional nos processos decisórios sobre sustentabilidade.

Segundo Gil (2010), “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.”; e com relação à pesquisa descritiva, o autor defende que esta, objetiva descrever as particularidades de determinado evento ou sociedade ou mesmo estabelecer relações entre variáveis que se inter-relacionem.

O presente estudo tem caráter descritivo, e corrobora com Thomas, Nelson, Silverman (2007), uma vez que um levantamento das características e componentes do problema da pesquisa foram feitos. O objetivo primordial da pesquisa foi o mapeamento e a descrição do processo de práticas sustentáveis no CCM/UFPB, colocando em análise as características desse fenômeno e também o estabelecimento de relações entre as variáveis analisadas.

Para Thomas, Nelson, Silverman (2007), a premissa da pesquisa descritiva é procurar resolver problemas, buscando uma melhoria nas práticas utilizadas através da observação, análise e descrições objetivas, tendo como ferramenta a entrevista

realizada com a Direção do CCM/UFPB a qual obteve informações sobre as práticas sustentáveis do centro.

A finalidade da investigadora era encontrar um denominador comum entre sustentabilidade e gestão sustentável, visando um encontro entre a proposta da Agenda Ambiental e a gestão ambiental do CCM/UFPB, dessa forma pretendia-se comparar as demandas da A3P com as práticas de gestão ambiental do centro em estudo.

Referente à abordagem do problema, esta pesquisa caracterizou-se como pesquisa qualitativa pelo fato de buscar respostas positivas ou negativas para questões que utilizam um referencial sustentável no processo de implementação da Agenda Ambiental no CCM/UFPB utilizando para tal uma pesquisa no Centro em estudo, com os principais elos da gestão, envolvidos nesse processo.

Segundo Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa “é a que se desenvolve numa situação natural; é rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 18).

Já na perspectiva de Stake (2011), “o próprio pesquisador é um instrumento ao observar ações e contextos e, com frequência, ao desempenhar intencionalmente uma função subjetiva no estudo, utilizando sua experiência pessoal em fazer interpretações” (STAKE, 2011, p. 30).

Na interpretação de, Martins e Theóphilo (2009) “a avaliação qualitativa é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 61).

Quanto aos procedimentos metodológicos, essa investigação caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

O desenvolvimento dessa pesquisa teve início com uma seleção de material bibliográfico para compor a revisão de literatura no âmbito da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

A pesquisa bibliográfica é um instrumento utilizado com a finalidade de investigar as diferentes contribuições científicas que versam sobre um determinado assunto; de posse dessas informações, o pesquisador pode utilizá-las para organizar suas ideias e enriquecer suas proposições (MARTINS; THEÓPHILO, 2009) .

Para Oliveira (2007) essa pesquisa pode ser vista como uma espécie de ferramenta de estudo e análise de documentos científicos que podem ser: livros,

periódicos, artigos científicos dentre outros, a autora enfatiza ainda que a pesquisa bibliográfica tem como principal característica a finalidade de proporcionar aos pesquisadores a interação com materiais científicos que abordem o tema pesquisado. “O mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Duarte e Barros (2011) classificam a pesquisa bibliográfica como sendo:

Um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário (DUARTE; BARROS, 2011, p. 54).

Gil (2010) diz:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude de disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet (GIL, 2010, p. 29).

A pesquisa documental, que também é utilizada neste estudo, se caracteriza pela busca em documentos que ainda não receberam nenhum tratamento científico.

Oliveira (2007) diz que a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não são considerados científicos, é o caso de fotografias, dos relatórios, cartas, reportagens de jornais, revistas, filmes, gravações, entre outras formas de documentação.

Segundo Appolinário (2009) a pesquisa documental é:

Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros (APPOLINÁRIO, 2009, p. 67).

Para Sá-Silva, Almeida e Guindane (2009)

Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a idéia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANE, 2009, p. 5).

Ainda foi aplicado nessa pesquisa o estudo de caso, cuja utilização se deu na medida que existiram interesses específicos nos quais o contexto e as singularidades do caso foram elementos importantes da investigação (LIMA, 2012, p. 131).

Marconi e Lakatos (2011), classificam estudo de caso como sendo aqueles que buscam uma descrição mais apurada sobre determinado caso, englobando para isso todo o contexto do objeto de pesquisa.

“Mais que um método, o estudo de caso constitui uma estratégia de pesquisa, fato reconhecido por outros autores” (LIMA, 2012, p. 131).

Esta pesquisa trouxe um estudo onde foi abordado o tema sustentabilidade com ênfase na retórica da aderência do CCM-UFPB, campus de João Pessoa - PB, à A3P proposta pelo MMA.

6.2 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA

O universo investigado foi a Direção e Assessoria Administrativa do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba – CCM/UFPB, pois é desses setores que partem as principais orientações com relação às diretrizes que dão forma às atividades do centro, bem como todas as decisões acerca de deliberações, implantações, inovação, etc.

Para a obtenção dos dados foram utilizadas, a observação⁴, entrevistas semiestruturadas, e *check list*, que foram feitos com base nos objetivos pretendidos por este trabalho e direcionados a seis servidores que ocupam cargos efetivos e são participantes da Direção do CCM/UFPB, sendo: o Diretor do centro e cinco técnicos administrativos, representando a Assessoria Administrativa, distribuídos nas

seguintes responsabilidades: Gestão de Pessoas, Gestão de Transporte, Gestão de Materiais de Consumo e Gestão Administrativa.

6.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Esta pesquisa utilizou a pesquisa de campo e como instrumentos foram utilizados *check list* (ANEXO A) e entrevista (APÊNDICE A).

Segundo Oliveira (2011), a entrevista é: “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. ”

Segundo Minayo (2007), entrevista semiestruturada é aquela em que as perguntas podem ser abertas ou fechadas e o entrevistado fica à vontade para discutir o tema sem ficar preso às perguntas que foram.

Esse tipo de entrevista dá uma certa liberdade ao entrevistado, faz com que este se sinta aberto para fazer outras considerações sobre o assunto proposto.

Marconi e Lakatos (2011), dizem que “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. ”

A partir da análise documental das exigências da A3P foi aplicado um *check list* proposto por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) (Anexo I), junto ao Diretor do CCM/UFPB, onde foram abordados 5 objetivos e 5 eixos da A3P; as possíveis respostas foram “Adere” e “Não adere”. A entrevista foi realizada com os seis sujeitos que compõem a Direção e Assessoria Administrativa do CCM-UFPB; estes responderam às oito perguntas (APÊNDICE B) onde através das respostas obtidas foi possível identificar se a A3P já é conhecida pela gestão do Centro pesquisado; também foi possível caracterizar as ações de cuidado com o meio ambiente já praticadas pelo Centro e dessa forma também foram identificadas as lacunas com relação às diretrizes da Agenda Ambiental e as práticas sustentáveis ainda não aderidas no mesmo.

Algumas perguntas da entrevista possuem quatro tipos de respostas possíveis: “Excelente”, “Bom”, “Razoável” ou “Desconheço”, o que caracteriza a análise qualitativa dos dados da pesquisa rumo ao objetivo deste trabalho, e as outras perguntas tem caráter aberto, subjetivo.

Foi realizado um teste piloto com um integrante do CCM/UFPB, também servidor efetivo do centro, para avaliar a viabilidade dos instrumentos de pesquisa e

verificar a possibilidade de riscos inerentes à mesma, conforme preconiza a resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

É importante colocar que, para a aplicação das entrevistas e *check list*, este trabalho teve aprovação do Conselho de Ética do CCM/UFPB em 20.01.2017 (ANEXO B).

As entrevistas aconteceram através de agendamentos prévios com os atores desta pesquisa e o local de realização destes foi o próprio CCM/UFPB que se encontra dentro da UFPB.

Por se tratar de uma entrevista semiestruturada ocorreu, além das perguntas, um *check list* proposto por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), e o registro das observações através de gravações autorizadas pelos entrevistados bem como através das anotações da investigadora, o que conferiu um maior número de informações coletadas nessa etapa de entrevista.

6.4 COLETA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Segundo Bardin (2009) e Martins e Theófilo (2009), a análise de conteúdo se divide em três fases, que são: pré-análise; descrição analítica/ análise do material e interpretação inferencial.

De uma vez que esta pesquisa utiliza a análise de conteúdo, a fase da pré-análise engloba o *check list* e as entrevistas que foram aplicadas pela própria pesquisadora em datas e horários agendados. O Roteiro de Entrevista (APÊNDICE A) é formado por oito perguntas as quais foram formuladas com a finalidade de alcançar os objetivos deste estudo. Foram seis o número de participantes entrevistados: A, B, C, D, E e F; estes fazem parte da Direção e Assessoria Administrativa do CCM/UFPB e foram indicados para esta pesquisa por serem os responsáveis pelas principais diretrizes de funcionamento, bem como de ideias de inovação do Centro.

Numa primeira visão sobre as entrevistas percebeu-se que era necessário aprofundar mais a pesquisa com o Diretor do Centro, por isso o *check list* foi entregue exclusivamente ao Diretor do CCM/UFPB, que o preencheu devidamente, colocando as observações que considerou pertinentes, e logo após foi devolvido para a pesquisadora.

Algumas entrevistas foram bastante difíceis de serem realizadas devido a agenda lotada de alguns participantes, que mesmo com datas e horários marcados para tal, não compareciam por haver outros eventos emergenciais de importância laboral, porém quando realizadas, foram gravadas e registradas, o que possibilitou uma melhor e mais cautelosa análise dos dados coletados.

Finalizando a fase da pré-análise foi realizada a transcrição das entrevistas (APÊNDICE B) que, visando uma postura ética, manteve em resguardo os nomes dos entrevistados, dessa forma foi utilizada nas transcrições a sigla "ENT" que se traduz por Entrevistado, seguido das letras A, B, C, D, E ou F o que distingue uns dos outros.

Com relação a fase de análise do material, esta desenvolveu-se de forma a organizar as informações com a pretensão de facilitar a mescla de ideias entre os objetivos específicos da pesquisa e os instrumentos utilizados, como mostra o Quadro 3 abaixo, onde faz-se a relação entre os objetivos específicos desta pesquisa com os instrumentos de coleta de dados utilizados neste trabalho.

Quadro 3 - relação de objetivos específicos com instrumentos de coleta de dados

| OBJETIVOS ESPECÍFICOS | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS |
|---|--|
| 1. Conhecer a percepção dos integrantes da Direção do CCM/UFPB sobre a A3P (2009); | <i>Check list</i> proposto por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) e Roteiro de Entrevista |
| 2. Caracterizar as ações sustentáveis desenvolvidas no CCM/UFPB; | Roteiro de Entrevista |
| 3. Identificar se a Direção do CCM/UFPB tem conhecimento da importância do descarte correto do lixo gerado no Centro; | Roteiro de Entrevista |
| 4. Propor para o Centro um plano de ações sustentáveis pautado na A3P. | Roteiro de Entrevista |

Fonte: Elaboração nossa.

Tratando-se da fase da interpretação inferencial ou tratamento dos resultados obtidos, tem-se que esta etapa a qual será mostrada a seguir, traz as informações coletadas e analisadas, de forma que nesse momento da pesquisa serão apresentadas as discussões teóricas sobre o tema em questão com a finalidade de alcançar o objetivo geral deste estudo e ainda chegar a uma possível conclusão.

Após as entrevistas (APÊNDICE A) terem sido realizadas e o *check list* (ANEXO A) aplicado, foram feitas as transcrições das entrevistas (APÊNDICE B), e delas foram retiradas as partes mais relevantes para discussão e possíveis respostas dos objetivos específicos desta pesquisa os quais se dirigem diretamente a responder o objetivo geral da mesma (**Analisar como se expressa a aderência do CCM/UFPB ao que propõe a A3P (2009)**).

Será mostrado a seguir através do Quadro 4, o check list respondido pelo Diretor do Centro em estudo com a finalidade de identificar quais objetivos e quais eixos da A3P (2009) já fazem parte do cotidiano do Centro, dessa forma pôde-se identificar o nível de aderência do CCM/UFPB ao que propõe a A3P.

Quadro 4 - Check list quanto à adesão aos objetivos da A3P

| Objetivos da (A3P) | Adere | Não adere | Observações |
|--|-------|-----------|---|
| Objetivo 1 – Sensibilização dos gestores | | | |
| Há sensibilização dos gestores, em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição? | X | | Contudo precisamos melhorar nas ações |
| Objetivo 2 - Economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais | | | |
| A gestão ambiental no CCM promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos? | X | | |
| A gestão ambiental no CCM promove redução de gastos institucionais? | X | | |
| Objetivo 3 - Redução do impacto socioambiental negativo | | | |
| A gestão ambiental no CCM contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais do centro? | X | | |
| Objetivo 4 - Revisão de padrões de consumo e adoção de novos padrões de sustentabilidade | | | |
| A gestão ambiental no CCM contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública? | X | | Mas falta melhorar |
| A gestão ambiental no CCM contribui para a adoção de mecanismos que controlem os padrões de consumo? | | X | Precisa melhorar os mecanismos de controle de padrões de consumo |
| Objetivo 5 – Melhoria da qualidade de vida | | | |
| A gestão ambiental do CCM contribui para a melhoria da qualidade de vida de alunos, professores e servidores? | X | | Temos o redário, bicicletário, cantinho do cochilo, copa, mesas externas que promovem interação, etc. |

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011, p. 8)

Ao analisar o quadro acima, vê-se que há uma aderência do CCM/UFPB ao objetivo 1 da A3P – Sensibilização dos Gestores, porém há uma necessidade de melhorar nesse quesito; com relação ao objetivo 2- Economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais - pode-se notar que o Centro promove tais ações. O objetivo 3 da A3P - Redução do impacto socioambiental negativo também já faz parte das atividades do CCM/UFPB, o Objetivo 4 - Revisão de padrões de consumo e adoção de novos padrões de sustentabilidade foi aderido em parte, pois foi identificado que o Centro contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade, porém não contribui no que diz respeito ao controle de padrões de consumo. Foi feita uma observação, quanto ao objetivo 4 onde é colocada a disponibilidade do Centro pesquisado em melhorar esses mecanismos de controle e consumo. Com relação ao objetivo 5 da Agenda - Melhoria da qualidade de vida – observou-se que essa prática já acontece no Centro, de uma vez que, recentemente foram instalados redários, cantinho do cochilo, bicicletário, copa e mesas externas para interação da comunidade acadêmica.

Percebe-se que, com relação aos cinco objetivos da A3P, o CCM/UFPB adere integralmente a quatro deles conforme mostra o Quadro 1.

Denota-se que mesmo aderindo a quatro dos cinco objetivos da Agenda o objetivo 4 é aderido parcialmente pelo Centro. Contudo observa-se que é exatamente este objetivo que fala da questão do consumo e adoção de novos padrões de sustentabilidade, porém o mesmo ainda se faz incompleto no cotidiano do CCM/UFPB, mas, em contrapartida, sua gestão mostra, no quadro “observação”, uma disposição e preocupação em acompanhar as mudanças e benfeitorias no sentido de melhorar.

Boff, Oro e Beuren (2008) falam da importância de partir dos próprios gestores a iniciativa de adotar uma gestão ambiental, para eles tais gestores se baseiam em seus valores éticos e morais para impulsionar as mudanças. Ainda na visão dos autores supracitados, as instituições de ensino superior além de disseminarem conhecimentos para os seus alunos em suas determinadas áreas de ensino, também tem a missão de disseminar conhecimentos que associem e assegurem a qualidade do meio ambiente.

Vale salientar que, todas as observações feitas por quem respondeu o *check list* tem uma característica receptiva no que diz respeito à A3P.

Dessa forma, ter um resultado como este, onde a maioria dos objetivos já foram aderidos pelo Centro, mostra que o CCM/UFPB partilha de uma ideologia que fomenta algumas práticas sustentáveis e por conseguinte desperta em alunos, professores e técnicos administrativos um olhar mais atento sobre a importância do meio ambiente.

No que diz respeito aos eixos da A3P, estes foram divididos em cinco categorias:

Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;

Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados;

Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho;

Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores;

Eixo 5 – Licitações sustentáveis.

O Eixo 1- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos, será abordado a seguir, conforme mostra o Quadro 5 abaixo.

Quadro 5 – Quanto à adesão ao Eixo 1 da A3P

| Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | | | |
|--|--------------|------------------|--|
| Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos | | | |
| Ação de monitoramento/redução do consumo de papel? | Adere | Não adere | Observações |
| | X | | Melhorar |
| Ação de monitoramento/redução do consumo de energia? | X | | Controle do uso do Ar-condicionado |
| Ação de monitoramento/redução do consumo de água? | | X | Melhorar com descarga de 2 funções |
| Ação de monitoramento/redução do consumo de copos de plásticos? | X | | Melhorar o processo |
| Ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos (inseticidas, pilhas)? | X | | A assessoria faz, mas precisa socializar a ideia |

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011, p. 8)

Ao analisar o quadro acima pode-se perceber que a ação de monitoramento/redução do consumo de papel existe, porém precisa melhorar, pois não há um relatório de uso por setor identificando quanto cada um deles gasta em determinado período de tempo.

No que diz respeito a ação de monitoramento/redução de energia, existe na medida em que o uso dos aparelhos de ar-condicionado são controlados, de forma que logo após as aulas, não só eles, mas também as lâmpadas das salas são todas desligadas.

Já no que diz respeito a ação de monitoramento/redução do consumo de água foi observado que ainda não existe algo que esteja sendo feito para reduzir esse gasto, porém a ação pensada e colocada no quadro “Observações” foi colocar nos banheiros descargas com dois tipos de fluxo de água, o que já reduziria o consumo de água.

Com relação a ação de monitoramento/redução de copos de plástico pode-se dizer que já existe, mas ainda precisa melhorar o processo, e por último, na ação de monitoramento/redução de outros materiais/recursos que possam causar danos ao meio ambiente como: as pilhas e inseticidas, a resposta mostra que já é aderida pelo Centro e realizada através da assessoria administrativa, porém há a necessidade de socializar a ideia, conforme consta na “Observação” da pergunta no *check list*.

Tendo em vista que o CCM/UFPB adere a 4 dos cinco pontos do Eixo 1 da A3P, pode-se afirmar que o Centro tem um perfil de aderência quase total ao Eixo 1 e corrobora com o que diz a cartilha da A3P MMA (2009):

Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo papel, copos plásticos e outros materiais de expediente (MMA, 2009, p. 39).

O Quadro 6, a seguir, mostra os dados que se referem ao Eixo 2 da A3P

Quadro 6 – Quanto à adesão ao Eixo 2 da A3P

| Eixo 2- Gestão adequada dos resíduos gerados | Adere | Não adere | Observações |
|---|--------------|------------------|------------------------------------|
| Incentivo à política dos 5R's (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar e Recusar a compra de produtos poluentes)? | | X | |
| O CCM atende à resolução CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001 (padrão de cores dos coletores de resíduos)? | X | | Temos que aprimorar o uso adequado |
| O CCM realiza Coleta Seletiva Solidária? | | X | |
| Há destinação adequada para os resíduos perigosos (pilhas, baterias, toners, recipientes de inseticida)? | X | | |

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011, p. 8)

Pode-se observar que quanto ao incentivo da política dos 5R's (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar e Recusar a compra de produtos poluentes) o CCM/UFPB ainda não o adotou, e ainda mostrou pouco conhecimento com relação ao tema. Já com relação ao padrão de cores dos coletores de resíduos que consta na resolução CONAMA nº275 de 25 de abril de 2001, denota-se que o Centro adere a tal conduta, porém enfatiza a importância de aprimorar o uso adequado dos mesmos.

A resolução Nº 275 de 25 de abril de 2001 em seu artigo 2º diz:

Art. 2º Os programas de coleta seletiva, criados e mantidos no âmbito de órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, direta e indireta, e entidades paraestatais, devem seguir o padrão de cores estabelecido em anexo (BRASIL, 2001, p. 80).

Consta ainda no anexo da resolução CONAMA nº275, o padrão de cores a ser utilizado nos coletores de resíduos para identificação dos materiais, são eles:

- AZUL: papel/papelão;
- VERMELHO: plástico;
- VERDE: vidro;
- AMARELO: metal;
- PRETO: madeira;
- LARANJA: resíduos perigosos;
- BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;
- ROXO: resíduos radioativos;
- MARROM: resíduos orgânicos;
- CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

Em relação aos coletores de resíduos existentes no CCM/UFPB, foi observado que existem dois tipos, sendo um na cor azul (papel e papelão) e um verde (vidro) disponibilizados nas saídas dos elevadores do primeiro, segundo e terceiro andar e ainda na recepção do Centro. Apesar de ter os coletores, observou-se também que o coletor verde quase não tem o material vidro em seu interior, pois não há muito desse material sendo utilizado no local, dentro desse coletor há inúmeros outros tipos de resíduo, exceto vidro; no caso coletor azul acontece o mesmo, quase não há o material papel/papelão em seu interior. Foi constatado que dentro desses coletores há bastante garrafa de plástico e lixo comum.

Quanto a adesão do Centro à coleta seletiva solidária verificou-se que o mesmo ainda não adotou essa prática, inclusive houve dúvida por parte da pessoa que respondeu o *check list* sobre o significado do que vem a ser esse tipo de coleta.

Em se tratando da destinação adequada para os resíduos perigosos (pilhas, baterias, toners, recipientes de inseticida), verificou-se, de acordo com a resposta do Diretor que o CCM/UFPB atende a esta ação, porém não é divulgado, o que torna a comunidade acadêmica desinformada com relação ao tema.

Montenegro Junior (2015) diz:

Cada vez mais a informação é considerada como um recurso bastante estratégico para as organizações bem como para a vida das pessoas que compõem uma sociedade (MONTENEGRO JUNIOR, 2015, p. 14).

Diante do exposto, percebe-se que o CCM/UFPB adere de forma parcial ao Eixo 2 da A3P - Gestão adequada dos resíduos gerados - no entanto foi percebido pela pesquisadora, um interesse do Diretor por entender esta gerência sustentável de forma que fosse possível de ser aplicada no Centro em estudo.

O Quadro 7 abaixo, mostra o resultado da adesão ao Eixo 3 da A3P.

Quadro 7 – Quanto à adesão ao Eixo 3 da A3P

| Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho | Adere | Não adere | Observações |
|--|--------------|------------------|---|
| Programa de atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes para os seus servidores? | | X | Precisa fazer isso |
| O CCM atende às exigências de acessibilidade, em todas as instalações? | X | | Rampa de acesso, vagas exclusivas para o portador de deficiência, banheiros adaptados. Pode melhorar. |
| O CCM possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores? | X | | Todos mobiliários ergonômicos |
| O CCM possui uma comissão interna de prevenção de acidentes? | | X | Já tinha pensado nisso. |
| O CCM possui controle da jornada de trabalho? | X | | Ponto eletrônico |
| O CCM possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (alcoolismo, antitabagismo, drogas e neuroses diversas)? | | X | Importante |
| Os ambientes do CCM, especialmente os de trabalho, são salubres? | X | | |
| O CCM possui programa de saúde ocupacional? | | X | Ótimo |
| O CCM possui programa de saúde nutricional? | | X | Ótimo |

| | | | |
|--|---|--|---|
| O CCM incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas? | X | | Aproveitamento das habilidades; Autonomia na atividade desenvolvida; Percepção do significado do trabalho |
| O CCM incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas? | X | | |
| O CCM incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo? | X | | |
| O CCM incentiva e promove a integração social interna e externa através da ausência de preconceitos? | X | | |
| O CCM incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns em eventos de finalidade integrativa? | X | | |
| O CCM incentiva e promove a integração social interna através do senso comunitário? | X | | |
| O CCM incentiva e promove a integração social interna através da promoção dos relacionamentos interpessoais? | X | | |
| O CCM incentiva e respeita a liberdade de expressão? | X | | |
| O CCM incentiva e respeita a privacidade pessoal? | X | | |
| O CCM incentiva e respeita o tratamento impessoal? | X | | |

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011, p. 8)

Com relação aos pontos aderidos, pode-se dizer, no que se refere ao tema acessibilidade, que o Centro possui vagas exclusivas para portadores de deficiência, rampas de acesso na entrada do prédio e banheiros adaptados, mas segundo a observação colocada na resposta, ainda pode melhorar. No que diz respeito a ergonomia de mobiliários denota-se que o Centro se preocupa com este quesito, de uma vez que tanto as cadeiras dos servidores são ergonômicas como também alguns mobiliários. O quesito controle da jornada de trabalho é feito através do ponto eletrônico, quanto a salubridade dos ambientes observa-se que os ambientes do Centro não apresentam riscos à saúde e ainda são regularmente higienizados.

Observou-se que todos os tipos de interrelação social são aderidos, promovendo integração entre servidores, senso comunitário, ambiente sem preconceitos e ainda liberdade de expressão, privacidade pessoal e tratamento impessoal. No que diz respeito ao aproveitamento das habilidades, autonomia na

atividade desenvolvida, bem como da percepção do significado do trabalho, pode-se perceber que estes fazem parte do cotidiano do CCM/UFPB, tais atitudes fazem com que o servidor se reconheça importante, valorizado e disposto a contribuir de forma a somar forças para alcançar objetivos e metas, o que corrobora com o que diz Ferreira (2010):

Quando o colaborador se sente valorizado por sua empresa, o mesmo se empenha em verificar possíveis perdas em fases intermediárias do processo e com o conhecimento adquirido na execução de atividades busca soluções e até melhorias e inovações para sanar o problema ou o desperdício, evitando assim que a organização tenha que dispor de mão de obra especializada para identificar e buscar soluções, ganhando tempo, evitando gastos e achando soluções simples e objetivas muitas vezes (FERREIRA, 2010, p. 73).

Os eixos não aderidos pelo Centro em estudo se referem a vários temas, dentre eles: a ginástica laboral para os servidores, que acabou despertando o interesse da gestão em aplicá-lo; uma comissão interna para prevenção de acidentes, nesse ponto há uma observação dizendo que este já vinha sendo pensado, principalmente por causa da escadaria que dá acesso aos andares superiores. Foi identificada também a falta de um grupo de apoio especializado em neuroses (alcoolismo, antitabagismo, drogas) que pudesse auxiliar as pessoas do Centro que foram atingidas por esses vícios e estão dispostos a receber ajuda. Há também, os programas nutricional e ocupacional que ainda não foram adotados, mas foi considerado, nas observações, como ótimas ideias.

Das 19 perguntas do *check list*, 14 são aderidas pelo Centro e 5 não foram aderidas ainda.

Pode-se perceber que há uma preocupação com a qualidade de vida no ambiente de trabalho do CCM/UFPB, de uma vez que a maioria das respostas do *check list* mostram essa preocupação, dessa forma o que está sendo discutido neste momento indica uma reciprocidade com a Cartilha A3P (2009) quando esta diz qual a finalidade do Eixo 3 que versa sobre a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional (MMA, 2009, p. 43).

Diante do exposto vê-se que o tema qualidade de vida constitui-se em algo de grande importância de uma vez que é abordado pela A3P como um dos cinco eixos em consonância com o MMA.

O próximo ponto a ser analisado será o Eixo 4 da A3P que se refere a sensibilização e capacitação dos servidores.

Quadro 8 – Quanto à adesão ao Eixo 4 da A3P

| Eixo 4 – Sensibilização e capacitação sócioambiental dos servidores | Adere | Não adere | Observações |
|---|--------------|------------------|--------------------|
| O CCM desenvolve ações de sensibilização e capacitação socioambiental com os servidores técnicos administrativos? | | X | Vamos fazer |
| O CCM desenvolve ações de sensibilização e capacitação socioambiental com os servidores docentes? | | X | Vamos fazer |
| O CCM desenvolve ações de sensibilização socioambiental com o corpo discente? | | X | Vamos fazer |
| O CCM desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição? | | X | Vamos fazer |

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011, p. 9)

As ações de sensibilização e capacitação socioambiental com os servidores tanto docentes como técnicos administrativos, bem como com os discentes e comunidade no entorno da instituição, não acontecem ainda, porém houve uma grande aceitabilidade dessa ideia por parte do Diretor do Centro que, ao responder o *check list*, mostrou-se interessado em fazer essa sensibilização socioambiental em todo o Centro.

Sobre o critério sensibilização, o MMA diz:

A sensibilização deve ser acompanhada de iniciativas para capacitação dos servidores tendo em vista tratar-se de um instrumento essencial para construção de uma nova cultura de gerenciamento dos recursos públicos, provendo orientação, informação e qualificação aos gestores públicos e permitindo um melhor desempenho das atividades implantadas. (BRASIL, 2017, p. 1).

O MMA (2017) diz ainda que, no processo de sensibilização dos servidores devem ser feitas campanhas que direcionem a atenção para temas socioambientais importantes e que, dessa forma, possam esclarecer o papel fundamental que cada cidadão tem no que se refere a cuidados com o meio ambiente. “Criar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos gestores e servidores públicos é um

grande desafio para a implantação da A3P e ao mesmo tempo fundamental para o seu sucesso” (MMA, 2017, p. 1).

Ao observar o Quadro 8, percebe-se que o CCM/UFPB **não** adere, integralmente, ao Eixo 4 da A3P.

Visto sobre ações de sensibilização e capacitação socioambiental, o próximo ponto a ser abordado no Quadro 9, será o Eixo 5 da A3P que trata a questão das licitações sustentáveis.

Quadro 9 – Quanto à adesão ao Eixo 5 da A3P

| Eixo 5 – Licitações sustentáveis | Adere | Não adere | Observações |
|--|--------------|------------------|---|
| O CCM incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem os padrões de sustentabilidade? | X | | |
| O CCM incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade? | X | | Compra de equipamentos com baixo consumo de energia. Podemos estender para outros materiais também. |
| O CCM incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade? | X | | |

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011, p. 9)

Pode-se observar que há um incentivo no Centro pesquisado em priorizar a contratação de obras que respeitem os padrões de sustentabilidade. No quesito compra de bens públicos, observou-se que tal ação acontece com a compra de equipamentos que tenham redução do consumo de energia, porém há o interesse da Direção do Centro em inserir neste quesito outros tipos de material. Em se tratando da contratação de serviços públicos que respeitam padrões de sustentabilidade, pode-se dizer que, de acordo com o *check list*, também fazem parte das atividades do Centro em estudo.

Segundo o MMA:

As compras e licitações sustentáveis possuem um papel estratégico para os órgãos públicos e, quando adequadamente realizadas, promovem a sustentabilidade nas atividades públicas. Para tanto, é fundamental que os compradores públicos saibam delimitar corretamente as necessidades da sua instituição e conheçam a legislação aplicável e características dos bens e serviços que poderão ser adquiridos (MMA, 2017, p. 1).

Considerando este ter sido o último eixo temático da A3P, o Eixo 5, a ser abordado neste trabalho, tem-se que o CCM/UFPB adere integralmente ao mesmo.

Diante das respostas obtidas através do *check list*, foi possível detectar as áreas de maior e menor adesão do CCM/UFPB ao que pretende a A3P.

De acordo com o que foi exposto na seção 6 – Metodologia, buscou-se informações a respeito da adesão à Agenda Ambiental, também, através de entrevistas.

Sendo assim, para responder ao objetivo específico 1, o Quadro 10 apresentado a seguir, mostrará a análise dos dados das entrevistas.

Objetivo 1- Conhecer a percepção dos integrantes da Direção do CCM/UFPB sobre a A3P (2009).

Quadro 10 - análise dos dados de acordo com o objetivo 1

| OBJETIVO ESPECÍFICO | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS |
|---|--------------------------------|---|
| Conhecer a percepção dos integrantes da Direção do CCM/UFPB sobre a A3P (2009). | Entrevista | ENT A: “Onde eu passei na administração pública não é feito. Não reconheço isso!” |
| | | ENT B: “Não, nunca ouvi falar, desconheço totalmente.” |
| | | ENT C: “Não, nunca ouvi falar...nada.” |
| | | ENT D: “Eu acho que é um programa de ações na área socioambiental em atividades internas e externas.” |
| | | ENT E: “Nunca ouvi falar sobre esse tema.” |
| | | ENT F: “Sei nada não, não sei nem do que se trata.” |

Fonte: Elaboração nossa.

Observou-se nas falas acima que o entrevistado “A” diz não conhecer a sigla A3P; o entrevistado “B” também ficou surpreso ao se deparar com a pergunta, mostrando nunca ter ouvido tal termo juntamente com os entrevistados “C”, “E” e “F”, já o entrevistado “D” foi o único que mostrou ter uma ideia do que vem a ser a A3P

Partindo-se do pressuposto de que os entrevistados não necessariamente deveriam possuir algum conhecimento sobre o que vem a ser a A3P, pode-se dizer com base no que propõe o MMA que tal Agenda Ambiental tem como objetivo a promoção e incentivo em instituições públicas para implantarem ações socioambientais em suas atividades.

Para o MMA, a A3P:

É uma iniciativa voluntária e que demanda engajamento pessoal e coletivo. As instituições e seus funcionários são incentivados a adotar ações sustentáveis no ambiente de trabalho, desde pequenas mudanças de hábito, até atitudes que geram economia, com base em cinco eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação e licitações sustentáveis (MMA, 2017, p. 2).

No que diz respeito aos entrevistados terem pouco conhecimento sobre a Agenda Ambiental, é importante colocar que, aprende-se sobre muitas coisas todos os dias, no entanto Lück (2002) fala que é a ótica de aprendizagem, a vontade e necessidade de aprender e de construir conhecimento no trabalho que possibilita mudanças e renovação das atividades.

Vista a análise do objetivo 1, o próximo passo será a análise do objetivo 2 - **Caracterizar as ações sustentáveis desenvolvidas no CCM/UFPB.**

Dessa forma, as respostas da entrevista que atendem a este objetivo específico, foram divididas em três categorias:

- Práticas sustentáveis existentes no CCM/UFPB;
- Acompanhamento dos gastos de materiais;
- Separação dos resíduos.

Tais categorias serão descritas nos Quadros 11, 12 e 13 que seguem abaixo.

O motivo dessa divisão é para facilitar a compreensão dos dados obtidos nas falas dos entrevistados, de forma a organizá-las de acordo com o assunto a que cada uma se refere.

Quadro 11 – análise dos dados de acordo com o objetivo 2 –
Categoria: Práticas sustentáveis existentes no CCM/UFPB.

| OBJETIVO ESPECÍFICO 2 | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | CATEGORIA | RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS |
|---|--------------------------------|--|---|
| Caracterizar as ações sustentáveis desenvolvidas no CCM/UFPB. | Entrevista | Práticas sustentáveis existentes no CCM/UFPB | <p>ENT A: “Não existe. ”</p> <p>ENT B: “A única coisa que eu percebi são os coletores, nada mais que aquilo...”</p> <p>ENT C: “Eu desconheço qualquer ação sustentável desenvolvida aqui no CCM especificamente. ”</p> <p>ENT D: “...agente prioriza equipamentos que</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>gastem pouca energia..., qualidade de vida, o redário, a sala do descanso, a copa. ”</p> <p>ENT E: “...parceria com a biblioteca central para receber doação de livros não acadêmicos pra incentivar a leitura...”</p> <p>ENT F: “...o gelágua..., reduziu o uso de copo descartável, eu vejo também que muita gente traz sua garrafa de casa, só. ”</p> |
|--|--|---|

Fonte: Elaboração nossa.

Observou-se na resposta do Ent A, que o mesmo foi bastante objetivo ao afirmar que não existem práticas sustentáveis no CCM/UFPB; a resposta seguinte, vinda do Ent B, mostra que este só percebe uma única prática de cuidados ambientais no Centro, que é a presença dos coletores de resíduos. A visão do Ent C mostra que este desconhece ações sustentáveis em seu ambiente de trabalho, o Ent “E” mostrou-se um pouco perdido sobre o que seria, de fato, uma ação que possa ser chamada de sustentável e por conseguinte citou a parceria com a Biblioteca Central da UFPB para incentivar a leitura no Centro, o Ent “F” também teve um pouco de dificuldade para associar o conceito dessas práticas ambientais ao contexto do Centro, mas citou a instalação dos bebedouros como uma forma de redução do uso de copos descartáveis. O Ent “D” foi o único que mostrou ter mais esclarecimento sobre o tema, de forma que, demonstrou conhecer um pouco mais do que os outros sobre o significado de práticas sustentáveis, elencando algumas condutas ambientais assumidas no Centro, como a compra de equipamentos que demandem pouco gasto de energia bem como ações que promovem a qualidade de vida da comunidade acadêmica como o redário, sala de descanso e copa.

Ao analisar o quadro acima denota-se que pouco se sabe, por parte da maioria dos entrevistados, sobre práticas sustentáveis no Centro em estudo. Durante as entrevistas percebeu-se, na maioria dos entrevistados, uma falta de informação sobre o significado de práticas sustentáveis.

Ramos (2006), traz uma oportuna colaboração nesse contexto, quando ele fala que a informação é a base para o desenvolvimento sustentável, pois ela é a matéria-prima do conhecimento.

Percebeu-se ao analisar o Quadro 11, a necessidade do CCM/UFPB em ter mais informações sobre cuidados com o meio ambiente, nesse sentido a Cartilha A3P MMA (2009) fala sobre uma educação ambiental e diz:

Entende-se por educação ambiental (EA) os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (MMA, 2009, p. 18).

A partir dessas considerações, pode-se concluir que nenhum dos entrevistados possui uma boa base de conhecimentos sobre práticas sustentáveis bem como de suas vertentes.

A próxima categoria: acompanhamento dos gastos de materiais de expediente; a qual diz respeito ao objetivo específico 2, será abordada a seguir no Quadro 12.

Quadro 12 – análise dos dados de acordo com o objetivo 2 –

Categoria: Acompanhamento dos gastos de materiais.

| OBJETIVO ESPECÍFICO 2 | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | CATEGORIAS | RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS |
|---|--------------------------------|---|--|
| Caracterizar as ações sustentáveis desenvolvidas no CCM/UFPB. | Entrevista | Acompanhamento dos gastos de materiais de expediente. | <p>ENT A: “Aqui não existe isso...”.</p> <p>ENT B: “Aqui não tem um acompanhamento...desconheço. ”</p> <p>ENT C: “Razoável... os processos eletrônicos...uma consciência de ser diminuída essa quantidade de papel.”</p> <p>ENT D: “Bom, já existe o acompanhamento da pessoa do almoxarifado, mas nada que seja documentado ou tabelado, isso precisa ser melhor acompanhado...”</p> <p>ENT E: “Desconheço...”</p> <p>ENT F: “...desconheço, porque eu nunca ouvi falar disso por aqui. ”</p> |

Fonte: Elaboração nossa.

Durante a entrevista, observou-se que o Ent “A” mostrou surpresa quando confrontado com essa pergunta e, de imediato, sua resposta foi dizer que não existe “isso” no Centro, ainda percebeu-se em sua fala que o mesmo não acredita que funcione uma proposta cujas diretrizes detenham um teor sustentável em seu ambiente de trabalho, o Ent “B” pensou um pouco, antes de responder, mas não encontrando em seu arquivo de memória tal fato, também disse desconhecer a ação em seu trabalho, o Ent “C” teve outro tipo de resposta, dizendo ser razoável o acompanhamento dos gastos, de uma vez que documentos internos da instituição como: memorandos e ofícios, são tramitados através de sistema eletrônico, dispensando assim a impressão dos mesmos. Já no entendimento do Ent “D”, existe no Centro pesquisado o acompanhamento dos materiais de expediente pela pessoa que atua no almoxarifado, mas é um processo ainda incompleto que pode melhorar, o Ent “E” e o Ent “F” disseram desconhecer tal ação no cotidiano do trabalho.

O que mais se fala na atualidade quando o assunto permeia sustentabilidade, é redução de gastos dos recursos naturais, em se tratando dos órgãos públicos, há um grande gasto de materiais de expediente como, resmas de papel, copos descartáveis, toners de impressora, dentre outros.

Assim, o MMA (2009) traz essa abordagem de forma a incentivar e também explicar o que vem a ser esse uso racional quando diz:

Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente (MMA, 2009, p. 37).

Ao analisar o quadro acima, percebe-se que dos seis entrevistados, cinco deles mostram em suas falas que o ato de um acompanhamento de gasto de materiais de expediente não existe ainda no Centro em estudo, no entanto há também, um interesse latente vindo de um dos entrevistados por desenvolver tais práticas no CCM/UFPB, dessa forma pode-se dizer que, a partir dessa consideração feita na entrevista, existe uma preocupação em melhorar o sistema de ações sustentáveis o que implica, dentre outros benefícios, na redução de recursos financeiros do Centro.

A categoria: separação dos resíduos, a qual diz respeito ao objetivo específico 2, é a última variável a ser analisada para verificar tal objetivo. O Quadro 13, disposto abaixo, mostra o resultado da entrevista.

Quadro 13 – análise dos dados de acordo com o objetivo 2 –

Categoria: Separação dos resíduos.

| OBJETIVO ESPECÍFICO 2 | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | CATEGORIAS | RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS |
|---|--------------------------------|------------------------|--|
| Caracterizar as ações sustentáveis desenvolvidas no CCM/UFPB. | Entrevista | Separação dos resíduos | <p>ENT A 6- ...não existe a conscientização, tanto que eu já vi dentro do de vidro, papel e dentro do de papel, vidro...”</p> <p>ENT B: 6- “...existem ali os coletores...nunca observei se realmente jogam dentro...”</p> <p>ENT C: 6- “Razoável, porque apesar de ter os lixos separados, não há uma educação, uma política de educação para ser jogado, então o povo joga onde quiser.”</p> <p>ENT D: 6- “Desconheço e acho que é preciso avaliar o conteúdo dos lixos para poder responder...”</p> <p>ENT E: 6- “Razoável porque os coletores aqui são identificados, tem em cada andar, próxima dos elevadores e são identificados por cor, que eu nem sei o que significam, na verdade.”</p> <p>ENT F: 6- “Razoável, porque tem os coletores, mas ninguém respeita mesmo, joga em qualquer cesto sem respeitar a cor do material.”</p> |

Fonte: Elaboração nossa.

De acordo com as falas dos entrevistados observou-se que o ENT “A” cita uma falta de consciência em relação à separação dos resíduos no CCM/UFPB, o Ent “B” mostrou saber apenas que existem os coletores de resíduos, mas nunca observou se eles, de fato, funcionam. O ENT “C” considera razoável a separação dos resíduos, mas enfatiza a questão da falta de educação ambiental para dar suporte às ações das pessoas, já o ENT “D” diz desconhecer tal ação e que seria preciso estudar o conteúdo dos coletores para saber se realmente funcionam, inclusive cogitou a possibilidade de uma pesquisa com o conteúdo desses coletores, e os ENT “E” e “F” sinalizaram como razoável a separação dos resíduos no Centro,

porém o Ent “F” também falou da questão da falta de educação ambiental junto à comunidade acadêmica do CCM/UFPB.

Observou-se a partir das falas dos entrevistados que com relação a separação dos resíduos não há uma consciência ambiental por parte daqueles que circulam no Centro, no entanto diante das observações *in loco* feitas pela pesquisadora constatou-se que os resíduos gerados no Centro são descartados sem levar em consideração os tipos de coletores de material reciclável, ou seja, são jogados aleatoriamente em qualquer coletor.

Segundo Teixeira et al. (2016), a conscientização ambiental tende a ser como uma mudança de comportamento da pessoa em relação ao meio ambiente, dessa forma ela se preocupa com desperdícios e boas práticas ambientais.

Dias (2008) fala que essa tendência de uma conscientização ambiental tende a aumentar devido ao aumento dos problemas ambientais no planeta estarem cada dia mais piorando.

Denota-se das entrevistas sobre o objetivo específico 2 - **Caracterizar as ações sustentáveis desenvolvidas no CCM/UFPB** - que ocorre uma falta de consciência ambiental por parte das pessoas que compõem o Centro pesquisado, dessa forma, Bedante (2004) fala que aqueles que tem níveis maiores de consciência ambiental têm, por conseguinte, uma tendência maior por atitudes que preservem o meio ambiente.

Vista a análise do objetivo 2, o próximo objetivo a ser analisado será o objetivo 3 - **Identificar se a Direção do CCM/UFPB tem conhecimento da importância do descarte correto do lixo gerado no Centro.**

Dessa forma, as respostas da entrevista que atendem a este objetivo específico, também foram divididas em três categorias:

- Para onde vai o lixo produzido no Centro?;
- Consciência ambiental quanto ao descarte do lixo;
- Descarte de resíduos perigosos.

Tais categorias serão descritas nos Quadros 14, 15 e 16 que seguem abaixo.

A motivação dessa divisão visa facilitar a compreensão dos dados obtidos nas falas dos entrevistados, de forma a organizá-las de acordo com o assunto a que cada uma se refere.

Quadro 14– análise dos dados de acordo com o objetivo 3–

Categoria: Para onde vai o lixo produzido no CCM/UFPB?

| OBJETIVO ESPECÍFICO 3 | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | CATEGORIA | RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS |
|--|--------------------------------|---|---|
| Identificar se a Direção do CCM/UFPB tem conhecimento da importância do descarte correto do lixo gerado no Centro; | Entrevista | Para onde vai o lixo produzido no Centro? | <p>ENT A: 4-“Não tenho conhecimento, acho que tudo vai pro lixo comum mesmo. ”</p> <p>ENT B: 4- “...acho que é tudo misturado...”</p> <p>ENT C: 4-“Não sei. ”</p> <p>ENT D: 4- “Não sei. ”</p> <p>ENT E: 4-“... Eu já ouvi falar que tem um projeto aqui que tem pessoas cadastradas da comunidade que eles tem um carrinho e que vem aqui e leva, mas não sei como funciona...Eu não sei o destino final do lixo daqui”</p> <p>ENT F: 4- “Vai tudo numa carrada só, lixão eu acho. ”</p> |

Fonte: Elaboração nossa.

O Ent “A” disse que, apesar de não ter um conhecimento certo sobre o assunto, acha que os resíduos vão para o lixo comum (aterro sanitário), o Ent “B” percebe que os resíduos são todos misturados, o Ent “C” e o Ent “D” disseram não saber tal destino, enquanto que o Ent “E” disse já ter ouvido falar de catadores de resíduos cadastrados e portanto aptos a fazerem a coleta no Centro, mas mesmo assim não sabe o destino final dos materiais, e o Ent “F” acha que os resíduos gerados no CCM/UFPB vão para o lixão ou aterro.

Bedante (2004) fala que, se os resíduos gerados nas atividades de uma organização forem bem aproveitados, podem gerar ganhos para quem os gerencia, além de promover a preservação do meio ambiente, porém o Decreto 5.940 de 25 de outubro de 2006 define que as associações e cooperativas de órgãos públicos devem direcionar os resíduos gerados nos mesmos para as cooperativas de catadores de material reciclável que atendam às exigências do decreto.

Art. 3º-Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:I- estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação

como única fonte de renda; II- não possuam fins lucrativos; III- possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e IV- apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados (BRASIL, 2006, p. 1).

Observa-se no quadro acima que os entrevistados desconhecem o destino final do lixo gerado no Centro pesquisado.

A categoria: descarte consciente do lixo, a qual faz parte do objetivo específico 3, será abordada no Quadro 16 abaixo.

Quadro 15 – análise dos dados de acordo com o objetivo 3–

Categoria: Consciência ambiental quanto ao descarte do lixo

| OBJETIVO ESPECÍFICO 3 | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | CATEGORIA | RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS |
|--|--------------------------------|---|--|
| Identificar se a Direção do CCM/UFPB tem conhecimento da importância do descarte correto do lixo gerado no Centro; | Entrevista | Consciência ambiental quanto ao descarte correto do lixo. | <p>ENT A: 5- “Não sei, acho que é razoável”</p> <p>ENT B: 5- “Eu vejo assim, não existe nenhuma campanha nem nada que ensine isso, então acho que é razoável. ”</p> <p>ENT C: 5- “Razoável. Tem a intenção de não prejudicar, mas não sei se funciona. ”</p> <p>ENT D: 5- “Razoável, precisa melhorar. ”</p> <p>ENT E: 5- “Desconheço.</p> <p>ENT F: 5- “Eu acho que até se tenta ter essa preocupação com o meio ambiente, mas não tá funcionando...”</p> |

Fonte: Elaboração nossa.

Observou-se que o Ent “A” diz não saber muito do assunto, mas considera razoável tal ação, o Ent “B” também considera razoável, mas cita a falta de campanha ou algo parecido que ensine tal prática, o Ent “C” e o Ent “D” também partilham da mesma opinião: razoável, porém este disse que é preciso melhorar o processo enquanto aquele disse haver a intenção de não prejudicar o meio ambiente, mas não sabe se funciona; já o Ent “E” diz desconhecer essa consciência no Centro enquanto que o Ent “F” em diz que se tenta ter essa preocupação ambiental no seu local de trabalho, porém não está funcionando.

De acordo com o exposto no quadro acima pode-se observar que, quatro dos seis entrevistados consideram razoável essa consciência ambiental quanto ao descarte correto do lixo no Centro em estudo, já com relação as respostas dos

outros dois entrevistados, um deles desconhece tal ação enquanto o outro diz não funcionar tal prática.

Depreende-se das falas acima que o CCM/UFPB já pratica de alguma forma essa consciência ambiental mesmo sem ser de forma intencional, daí a maioria dos resultados terem sido “razoável”. Pode-se dizer que o Centro já deu início à “ética do cuidado”, citado por Boff (1999), quando ele fala que para se chegar a essa ética de um compromisso ambiental, de cuidar do planeta, precisamos todos passar pela alfabetização ecológica e, tanto rever quanto repensar nossos hábitos diários.

A terceira e última categoria - Descarte de resíduos perigosos - que visa atender ao objetivo 3 desta pesquisa, será abordada no Quadro 16 a seguir.

Quadro 16– análise dos dados de acordo com o objetivo 3 –

Categoria: Descarte de Resíduos Perigosos.

| OBJETIVO ESPECÍFICO 3 | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | CATEGORIA | RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS |
|--|--------------------------------|--------------------------------|--|
| Identificar se a Direção do CCM/UFPB tem conhecimento da importância do descarte correto do lixo gerado no Centro; | Entrevista | Descarte de resíduos perigosos | <p>ENT A: 7- “Desconheço.”</p> <p>ENT B: 7- “Desconheço.”</p> <p>ENT C: 7- “...agente aqui separa...”</p> <p>ENT D: 7- “O pessoal já faz aqui o descarte segundo as normas, mas penso que agente precisa massificar as ações com todas as pessoas do centro.”</p> <p>ENT E: 7- “...não existe uma coleta específica no CCM e na UFPB eu desconheço. Os toners daqui são recarregáveis.”</p> <p>ENT F: 7- “Desconheço viu, acho que vai tudo pro lixo comum mesmo.”</p> |

Fonte: Elaboração nossa.

Ao analisar o quadro acima, vê-se que os Ent “A”, “B” e “F” disseram desconhecer um descarte específico desse tipo de material em seu trabalho. O Ent “C” mostrou, em sua resposta, que o Centro não mistura esse tipo de material com os demais, quando se trata de pilhas e baterias, vai para um setor no Centro que ele não sabe qual, e lâmpadas queimadas voltam para a prefeitura do campus. Já o Ent “D” disse que o descarte desse tipo de material já é feito no Centro de acordo com

as normas, porém é preciso massificar a ideia, ou seja, nem todos aqueles que fazem parte do cotidiano do CCM/UFPB sabem que nele é feito esse tipo de descarte, precisa divulgar para toda a comunidade acadêmica tal ação. De acordo com o Ent “E”, pilhas e baterias são entregues ao pessoal da informática e toners ele não sabia que tinha um descarte diferenciado, ao falar das lâmpadas fluorescentes, o entrevistado disse desconhecer um lugar para descarte correto da mesma, inclusive jogou algumas, que estavam em seu poder, no lixo comum mesmo, quanto aos toners, disse serem recarregáveis, não precisando, no entanto, de serem descartados.

Dessa forma, percebe-se que a maioria dos entrevistados (quatro), disseram desconhecer tal prática no Centro.

Observou-se nas falas dos mesmos que houve discordância de informações, o que configura em falha na comunicação do Centro pesquisado. As informações não estão massificadas, o que leva algumas pessoas a saberem que há um descarte especial para resíduos perigosos e outras a não saberem.

Essa confusão de informações desencontradas prejudica o desempenho e o desenvolvimento nas organizações.

Michel, Michel e Porciúncula (2013) fazem uma colocação pertinente a essa problemática quando dizem:

Nesse contexto, o funcionamento e o desenvolvimento da organização, sua imagem e sua identidade, estão diretamente ligados à interação e à troca de informações entre seus membros, à cooperação entre os grupos funcionais em todos os níveis hierárquicos, podendo-se afirmar que a comunicação é inerente ao funcionamento (MICHEL, MICHEL E PORCIÚNCULA, 2013, p. 119).

Diante do exposto denota-se que, com relação ao objetivo específico 3 - Identificar se a Direção do CCM/UFPB tem conhecimento da importância do descarte correto do lixo gerado no Centro; este mostrou que não é longo o caminho a ser percorrido para que o mesmo desenvolva essa prática ambiental em seu cotidiano.

As respostas da entrevista que versam sobre o objetivo específico 4 - **Propor para o Centro um plano de ações sustentáveis pautado na A3P-** consta no Quadro 17 a seguir.

Quadro 17 – análise dos dados de acordo com o objetivo 4

| OBJETIVO ESPECÍFICO 4 | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS |
|---|--------------------------------|--|
| Propor para o Centro um plano de ações sustentáveis pautado na A3P. | Entrevista | ENT A: “Palestras...” |
| | | ENT B: “...uma campanha nas redes sociais tipo: traga sua caneca, fazer uma campanha pra conscientizar as pessoas, colocar cartazes, ...uma conscientização.” |
| | | ENT C: “Um projeto de política sustentável, ambiental, porque aqui não tem, não existe esse tipo de planejamento.” |
| | | ENT D: “A questão dos resíduos, principalmente. Comprar uma máquina de picotar papel.” |
| | | ENT E: “um secador de mão, ...Chega a uns cinco mil reais por ano o gasto com papel toalha...ter uma caixinha pra colocar os erros de impressão para fazer bloquinhos...impressão no verso.” |
| | | ENT F: “Bom, eu sugiro que tenha qualquer coisa que ensine a eles como tratar isso da forma correta, até porque eles se tornariam profissionais que sabem reciclar, é isso.” |

Fonte: Elaboração nossa.

Várias propostas surgiram durante a entrevista, o Ent “A” sugeriu palestras, o Ent “B” sugeriu uma conscientização da comunidade acadêmica do Centro através de uma campanha nas redes sociais cujo tema traria uma abordagem de redução do uso de copos descartáveis, encorajando as pessoas a trazerem seus próprios recipientes. A proposta do Ent “C” é que haja um projeto de política sustentável, que direcione as ações e atitudes de todos do CCM/UFPB rumo a uma responsabilidade socioambiental, Já o Ent “D” propôs trabalhar a questão dos resíduos gerados no Centro e a compra de um picotador de papel para facilitar o descarte de algumas impressões que contenham dados importantes, o Ent “E” sugeriu a compra de secadores de mão para os banheiros, tendo em vista que o gasto anual com papel toalha chega a uns cinco mil reais por ano, em média, e o Ent “F” sugeriu algum tipo de educação ambiental para todos os que fazem o Centro.

Observou-se, nas falas dos entrevistados, um rico conteúdo de informações que servirão de base para a implantação de novas práticas sustentáveis no Centro pesquisado, bem como de reforço em práticas que já existem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada dia que se finda sem esforços para um desenvolvimento sustentável é menos um dia que o mundo tem para se recuperar dos estragos causados pelos maus tratos à natureza. O mundo precisa melhorar, o Brasil precisa melhorar e as Universidades podem colaborar e muito com isso, através de pesquisas e também através de exemplos de boas práticas ambientais junto à sociedade e comunidade acadêmica.

O presente trabalho buscou analisar a adesão do CCM/UFPB ao que propõe a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Para alcançar tal objetivo, buscou-se informações junto às literaturas disponíveis sobre meio ambiente, bem como informações junto ao MMA, Constituição Federal, leis ambientais dentre outros; ainda foi aplicado o *check list* e a entrevista, apresentados no capítulo 6.4 – Coleta, Análise e Discussão dos Dados.

A partir da aplicação do *check list* proposto por Freitas e Borgert (2011), foi possível identificar, de acordo com as respostas do Diretor do CCM/UFPB, quais dos cinco objetivos e quais dos cinco eixos da A3P fazem parte do cotidiano do Centro em estudo. A pesquisadora constatou, a partir dos dados coletados no *check list* que o CCM/UFPB adere integralmente a quatro dos cinco objetivos propostos pela Agenda, o objetivo 4 é o único que foi aderido em parte, ficando de fora a adoção aos padrões de consumo; o entrevistado deixou na observação a intenção de melhorar suas práticas. Com relação aos cinco eixos da A3P, de acordo com as respostas do *check list*, foi constatado que o Centro adere em boa parte ao proposto pelo MMA, o único eixo que não foi aderido integralmente foi o Eixo 4 – Sensibilização e capacitação socioambiental dos servidores, o que na visão da pesquisadora, trata-se de um tema de grande importância para o desenvolvimento sustentável no Centro.

As entrevistas trouxeram informações valiosíssimas, e os seus resultados ajudaram a concluir os objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico – Conhecer a percepção dos integrantes da Direção do CCM/UFPB sobre a A3P – foi contemplado, a pesquisadora entendeu que a A3P é praticamente desconhecida dos entrevistados, visto que apenas uma pessoa tinha ideia do que vem a ser tal Agenda. O objetivo específico 2 –

Caracterizar as ações sustentáveis desenvolvidas no CCM/UFPB – foi alcançado de forma que pôde-se perceber alguns pontos críticos como: falta de informações sobre o que são de fato, práticas sustentáveis, foi percebida também a falta de um controle dos gastos com material de expediente bem como a falta de uma conscientização ambiental no Centro como um todo. A pesquisadora considerou tais descobertas como pontos centrais a serem trabalhados e melhorados.

O objetivo específico 3 - Identificar se a Direção do CCM/UFPB tem conhecimento da importância do descarte correto do lixo gerado no Centro – foi contemplado de uma vez que a pesquisadora percebeu através das respostas das entrevistas que já existe uma preocupação com este quesito, ainda que de forma modesta, inclusive com relação aos resíduos perigosos essa preocupação também foi percebida, porém houve um ponto crítico identificado nesta pesquisa, trata-se do fator comunicação organizacional, fato percebido a partir da divergência nas respostas dos entrevistados, visto que uns tinham conhecimento do descarte de resíduos perigosos no Centro e outros disseram não existir ou mesmo desconhecerem tal ação em seu ambiente de trabalho.

Com relação ao objetivo específico 4 - Propor para o Centro um plano de ações sustentáveis pautado na A3P – tem-se que este foi o ponto de partida para a implementação deste trabalho no CCM/UFPB, pois foi a partir deste objetivo que os entrevistados colocaram suas propostas sustentáveis para o Centro como: palestras, campanha de incentivo à redução do uso de copos descartáveis utilizando as redes sociais, um projeto de política sustentável para o Centro, trabalhar a questão dos resíduos gerados, compra de picotador de papel, secadores de mão para os banheiros, dentre outros.

Diante do exposto pode-se dizer que o objetivo geral desta pesquisa foi contemplado, uma vez que a pesquisadora concluiu que o CCM/UFPB adere a maior parte dos objetivos e eixos da A3P propostos pelo MMA.

Esta pesquisa não tem uma linha conclusiva sobre cuidados com o meio ambiente no CCM/UFPB, de uma vez que este foi o primeiro passo de muitos outros que virão para dar continuidade ao desenvolvimento sustentável no Centro.

Vale salientar que, a Direção do CCM/UFPB recebeu essa pesquisa como algo de grande importância para as atividades do mesmo, mostrando-se aberta à mudanças de forma que durante o estudo, havia um interesse latente por parte da

Direção para que já começasse de imediato um plano de práticas de sustentabilidade em todo o Centro.

7.1 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

- Construir um plano de ação para implementação da A3P no CCM/UFPB de forma que as observações da Agenda se fundam com a realidade do Centro;
- Aprofundar um estudo diretamente com os resíduos gerados no Centro com a intenção de perceber de qual tipo de material é formada a grande parte do lixo. Dessa forma haveria um entendimento tanto sobre desperdício de recursos como também seria possível elaborar soluções sustentáveis;
- Estudar a possibilidade de inserir no contexto de disciplinas dos alunos, uma abordagem específica sobre sustentabilidade de forma que passasse para eles a importância das práticas socioambientais durante suas vidas profissionais; dessa forma eles saberiam como fazer o descarte correto de todos os materiais tanto hospitalares como de pronto atendimento de forma responsável não só para a sociedade, mas também para o planeta;
- Aprofundar estudos que permitam conhecer a percepção do corpo docente e discente no que diz respeito à práticas sustentáveis no Centro;
- Elaborar uma pesquisa que permita investigar a possibilidade de um sistema autossustentável de tratamento de água no Centro;
- Aprofundar estudos que mostrem o nível de viabilidade para implantação de um sistema de energia solar no CCM/UFPB.

7.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

- A dificuldade que alguns entrevistados tiveram em encontrar uma data e horário livres para a entrevista, o que estendeu o tempo programado para a coleta de dados;
- A retenção de alguns dados importantes por parte de alguns entrevistados por receio de serem identificados;
- O fato de ser uma entrevista gravada causou em alguns entrevistados uma certa timidez o que pode ter afetado na hora das suas falas.

- Escassez de abordagens mais específicas sobre experiências de sustentabilidade em Centros de Ensino em Universidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando. **Experiências empresariais em Sustentabilidade: Avanços, dificuldades e motivações de gestores e empresas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009.
- ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; BUENO, Miriam Pinheiro; SOUSA, Adriana Alvarenga de; et al. **SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: Conceito e Indicadores**. In: CONVIBRA - CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO EM ADMINISTRAÇÃO. III., 2006, Paranaíba. **Artigo...** Paranaíba: Convibra, 2006.
- BARBIERE, José Carlos; SILVA, Dirceu. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios**. **RAM - Revista. Adm. Mackenzie**. São Paulo; v. 12, n. Especial, p. 51-82, mai. 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo, Editora 34, 2011.
- BEDANTE, G. N. **O comportamento de consumo sustentável e suas relações com a consciência ambiental e a intenção de compra de produtos ecologicamente embalados**. 2004. 159 f. Dissertação (Mestrado) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL -UFRGS, Porto Alegre 2004.
- BOFF, L. M; ORO, I. M; BEUREN, I. M. **Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior na visão de seus dirigentes**. **Revista de Contabilidade da UFBA**. Salvador, v.2, n.1, p. 4-13, 2008.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ; Vozes, 1999.
- BRAGA, Benedito. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- BRANCO, Samuel Gurgel. **O meio ambiente em debate**. 3 ed. revista e ampliada. São Paulo, Editora Moderna, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Vade Mecum Saraiva / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias Rocha. - 22 ed. atual. E ampl. - São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL, Portal. **Meio Ambiente: Legislação ambiental no Brasil é uma das mais completas do mundo.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/10/legislacao>>. Acesso em: 03 de outubro de 2016.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente: **Compras Públicas Sustentáveis.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/licita%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 20 de abr. 2017.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente: **Sensibilização e Capacitação dos Servidores.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/sensibiliza%C3%A7%C3%A3o-e-capacita%C3%A7%C3%A3o-dos-servidores>>. Acesso em: 20 de jan. 2017.

BRASIL. Resolução CONAMA nº275 de 25 de abril de 2001. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jun. 2001. Seção 1, p. 80. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>>. Acesso em: 07 de fev. de 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.940/2006, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 out. 2006. Seção 1, p. 4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm>. Acesso em: 05 de jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jun. 2001. Seção 1, p. 80. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>>. Acesso em: 07 de fev. de 2017.

CASTRO, A. E. de. **Gestão empresarial sustentável:** uma forma de legitimação institucional. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 13., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2010. p. 1-30.

CAVALCANTE, Maria Lailze Simões Albuquerque. **Administração Pública e Agenda Ambiental–A3P-Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos.** Revista Controle (Online), v. 10, n. 1, p. 193-216, 2016.

CALVACANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** Cortez; Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CUNHA, Guilherme Farias; PINTO, Caria Regina Carvalho; MARTINS, Sérgio Roberto; et al. **Princípio da precaução no Brasil após a Rio-92: impacto ambiental e saúde humana**. Ambiente & Sociedade. Campinas; v. 16, n. 3, p. 65-82, set. 2013.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo : Atlas, 2011.

DIAS, R. **Marketing Ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios**. São Paulo: Atlas, 2008.

DICIONARIODOAURELIO, **Dicionário de Português**. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ELKINGTON, John. **Canibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Capstone Publishing, Oxford, 1997.

FERREIRA, Camila Lopes; RAMOS, Bruno Schmidt. **O aumento da produtividade através da valorização dos colaboradores: uma estratégia para a conquista de mercado**. Revista de Engenharia e Tecnologia, v. 2, n. 2, p. Páginas 71-80, 2010.

FREITAS, C. L; BORGERT, A; PFITSCHER, E. D. **Agenda Ambiental na Administração Pública**: Uma análise da Aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. Florianópolis, 16p.

FRIEND, Gil. **O Segredo das Empresas Sustentáveis: As vantagens das estratégias Verdes**. 1 ed. São Paulo: Centro Atlântico, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. Gestão Ambiental no Sistema Agroindustrial. In: D., ZYLBERSZTAJN,; F., NEVES, M.. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária**, . 1 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 255-281.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GREENMETRIC, UI. **Overall Ranking 2014**. Disponível em: <<http://greenmetric.ui.ac.id/overall-ranking/>>. Acesso em: 21 de outubro de 2016.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FEICHAS, Susana Arcangela Quacchia. **Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade**. Ambiente & Sociedade. Campinas; v. XII, n. 2, p. 307-323, jul. 2009.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. **Rio+ 20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado**. Ambiente & Sociedade, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012.

HOGAN, Daniel Joseph; OJIMA, Ricardo; JR., Eduardo Marandola. **População e ambiente: desafios à sustentabilidade**. 1 ed. São Paulo: Blucher, 2010.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

KRUGER, Silvana Dalmutt; PFITSCHER, Elisete Dahmer; FREITAS, Claudio Luiz de; et al. **GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIA AOS OBJETIVOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)**. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL. Florianópolis; v. 4, n. 3, set. 2011. p. 1-19.

LEAL, Luiz Gonzaga. **TEORIA INSTITUCIONAL: FATORES DETERMINANTES DA ADOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PELAS EMPRESAS**. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Administração - FACULDADE DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS - FACE, Belo Horizonte, 2011.

LIMA, João Paulo Cavalcante et al. **Estudos de caso e sua aplicação: proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 14, p. 127-144, 2012.

LIMA, Sérgio Ferraz de. **Introdução ao conceito de sustentabilidade aplicabilidade e limites**. Revista Negócios, v. 1, n. 4, 2014.

LOPES, Fabiana Crivano; SCHAFFER, Rosely; BERTÉ, Rodrigo. **Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental como alicerce para gestão estratégica em instituições do setor educacional**. Revista Organização Sistêmica. Curitiba; v. 6, n. 3, jul. 2014. p. 5-21.

LÜCK, Heloísa. **A construção do conhecimento no trabalho: uma condição para o desenvolvimento da qualidade organizacional e profissional**. Revista da FAE, v. 5, n. 1, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUIZ, Lilian Campagnin; RAU, Karlan; FREITAS, Claudio Luiz de; et al. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Administração pública e gestão social. Blumenau; v. 5, n. 2, abr. 2013. p. 54-62.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio; JR., Arlindo Phlippi; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. **Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro**. Saúde e Sociedade. São Paulo; v. 17, n. 1, jan. 2008. p. 7-20.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e meio ambiente**. Annablume, 2007.

MARTINS, G.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Maria de Fátima; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Modelo de avaliação do nível de sustentabilidade urbana: proposta para as cidades brasileiras**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 7, n. 3, p. 397-410, 2015.

MASCARELLI, A. L. **Especial Report: How green is your campus?**. Nature, 2009 v. 461, p. 154-155.

MICHEL, Margareth; MICHEL, Jerusa; PORCIÚNCULA, Cristina Geraldês. **A Comunicação Organizacional, as redes sociais e seus desafios: afetos e emoções nesse contexto**. Revista Internacional de Relaciones Publicas, v. 3, n. 6, p. 117-136, 2013.

Miller, G. T., Jr. | Scott Spoolman. **Ecologia e sustentabilidade - Tradução da 6ª edição norte-americana**. Cengage Learning Editores, 2011.

MILLER, G. T. **Living in the Enviroment**. California: Wadsworth Pub. Inc., 1985.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A3P- Agenda ambiental na administração pública**. 5ª edição, revista e atualizada. Distrito Federal, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 11 out. 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Combate à Desertificação**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/combate-a-desertificacao>>. Acesso em 3 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Agenda 21 Global**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em 3 de outubro de 2016.

MONTENEGRO JUNIOR, C. A. A. **A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: o processo de implementação no Instituto Federal de Educação da Paraíba**. 2015. 142 f. Dissertação. Mestrado em Administração. Programa de Pós-Graduação

Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes. UFPB, João Pessoa/PB, 2015.

MUNCK, Luciano; DIAS, Bárbara Galleli; SOUZA., Rafael B.. **Sustentabilidade organizacional: uma análise a partir da institucionalização de práticas ecoeficientes**. Revista Brasileira de Estratégia. São Paulo; v. 1, n. 3, ago. 2008. p. 285-295.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos avançados, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, R. F. de; OLIVEIRA, V. C. da S. e; SANTOS, A. C. dos. **Beneficiários ou reféns? O patrimonialismo na perspectiva dos cidadãos de Poço Fundo, Minas Gerais**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 950-966, dez. 2011.

OTTMAN, Jacquiekyn A. **Marketing Verde**. 1 ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

PDI, UFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/PDI%20UFPB%202014-2018_Final3%20-27.05.pdf>. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

PEREIRA, Adriana Camargo. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREIRA, Adriane Alice. **O tripé da sustentabilidade**. Revista LOCUS set. 2007. n. 50, p. 38-41, 2007.

PORTAL DA PREFEITURA DE CURITIBA. **Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/meio-ambiente-de-curitiba/182>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. **Plano da Mata Atlântica de João Pessoa desenvolvido pela PMJP é destaque na Rio +20**. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/plano-da-mata-atlantica-de-joao-pessoa-desenvolvido-pela-pmjp-e-destaque-na-rio-20/>>. Acesso em: 26 out. 2016.

RAMOS, Larissa Alves. **Da exploração dos recursos naturais aos desafios da educação ambiental em Minaçu-Goiás**. 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/7781/1/51400362.pdf>. Acesso em 02.11.2016.

RAMOS, Mozart Neves. **Educação Sustentável**. São Paulo: Atlanta, 2006.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RIO20, **Sobre a Rio + 20.** Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 03 de setembro de 2016.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Elementos de direito ambiental: parte geral.** 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SANTANA, Eliane Santos de; LIMA, Elisenia de Carvalho; SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. **Práticas de educação ambiental projeto: escola e comunidade cuidando do meio ambiente.** Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT. Aracaju; v. 1, n. 16, p. 59-71, mar. 2013.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 2009.

SAVITZ, Andrew W; WEBER, Karl. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro.** 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SEIFFERT, M. E. B., **ISO 14001 Sistema de gestão Ambiental: Implantação objetiva e econômica,** 3ª Ed. 4. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

SENADO, **Do ecodesenvolvimento ao conceito de desenvolvimento sustentável no Relatório Brundtland, da ONU, documento que coloca temas como necessidades humanas e de crescimento econômico dos países, pobreza, consumo de energia, recursos ambientais e poluição.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brundtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx>>. Acesso em 19 de outubro de 2016.

SIEMENS, **Índice de Cidades Verdes da América Latina.** Disponível em: <http://www.siemens.com/entry/cc/features/greencityindex_international/br/pt/pdf/report_latam_pt_new.pdf>. Acesso em: 27 de setembro de 2016.

SILVA, E.R.; MENDES, L.A.A. **O papel das Universidades na construção da sustentabilidade:** uma proposta de Modelo de Gerenciamento Integrado de Resíduos. Revista ADVIR, 2009, UERJ, n. 23. p. 78-85.

SOARES JÚNIOR, Amilton Quintela. **EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL: uma alternativa para o território conceitualmente vazio.** 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO-UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE, Governador Valadares, 2015.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** São Paulo: Penso, 2011.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero; **A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário.** Gestão & Produção. São Carlos; v. 13, n. 3, set. 2006. p. 503-515.

TEIXEIRA, Linnik Israel Lima; SILVA FILHO, José Carlos Lázaro; DA SILVA MEIRELES, Fernanda Rosalina. **Consciência e Atitude Ambiental em Estudantes de Instituições de Ensino Técnico e Tecnológico.** Electronic Journal of Management, Education and Environmental Technology (REGET), v. 20, n. 1, p. 334-350, 2016.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física.** 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TRIGUEIRO, André. **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento/** coordenação de André Trigueiro; prefácio de Marina Silva. 5 ed. Campinas, São Paulo, Armazém do Ipê (Autores Associados, 2008.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

VEIGA, José Eli da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade.** 2013. Disponível em: [http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2014/07/2014 - Viola - Resenha DESGOV - Rev Pol%C3%Adtica Externa.pdf](http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2014/07/2014_-_Viola_-_Resenha_DESGOV_-_Rev_Pol%C3%Adtica_Externa.pdf). Acesso em: 12.11.2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa Em Administração.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WENNEN, Hans Van. **Towards a vision of a sustainable university.** International Journal of Sustainability in Higher Education, 2000, v.1-1, p. 20-34.

**ANEXO A – CHECK-LIST PARA VERIFICAR A ADERÊNCIA DO CCM - UFPB AOS
REQUISITOS DA A3P. Adaptado de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011)**

QUADRO 1 - Se adere ou não, aos objetivos da A3P

| Objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | Adere | Não adere | Observações |
|--|--------------|------------------|--------------------|
| Objetivo 1 – Sensibilização dos gestores | | | |
| Há sensibilização dos gestores, em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição? | | | |
| Objetivo 2 - Economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais | | | |
| A gestão ambiental no CCM promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos? | | | |
| A gestão ambiental no CCM promove redução de gastos institucionais? | | | |
| Objetivo 3 - Redução do impacto socioambiental negativo | | | |
| A gestão ambiental no CCM contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais do centro? | | | |
| Objetivo 4 - Revisão de padrões de produção e consumo e adoção de novos padrões de sustentabilidade | | | |
| A gestão ambiental no CCM contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública? | | | |
| A gestão ambiental no CCM contribui para a adoção de mecanismos que controlem os padrões de consumo? | | | |
| Objetivo 5 – Melhoria da qualidade de vida | | | |
| A gestão ambiental do CCM contribui para a melhoria da qualidade de vida dos stakeholders? | | | |

Quadro 2 – Quanto à adesão aos eixos temáticos da A3P

| Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | Adere | Não adere | Observações |
|---|--------------|------------------|--------------------|
| Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos | | | |
| Ação de monitoramento/redução do consumo de papel? | | | |
| Ação de monitoramento/redução do consumo de energia? | | | |
| Ação de monitoramento/redução do consumo de água? | | | |
| Ação de monitoramento/redução do consumo de copos de plásticos? | | | |
| Ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos (inseticidas, pilhas)? | | | |
| Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados | | | |
| Incentivo à política dos 5R's (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar e Recusar a compra de produtos poluentes)? | | | |
| O CCM atende à resolução CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001 (padrão de cores dos coletores de resíduos)? | | | |
| O CCM realiza Coleta Seletiva Solidária? | | | |
| Há destinação adequada para os resíduos perigosos (pilhas, baterias, toners, recipientes de inseticida)? | | | |
| Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho | | | |
| Programa de atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes para os seus servidores? | | | |
| O CCM atende às exigências de acessibilidade, em todas as instalações? | | | |
| O CCM possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores? | | | |
| O CCM possui uma comissão interna de prevenção de acidentes? | | | |
| O CCM possui controle da jornada de trabalho? | | | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| O CCM possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (alcoolismo, antitabagismo, drogas e neuroses diversas)? | | | |
| Os ambientes do CCM, especialmente os de trabalho, são salubres? | | | |
| O CCM possui programa de saúde ocupacional? | | | |
| O CCM possui programa de saúde nutricional? | | | |
| O CCM incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas? | | | |
| O CCM incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas? | | | |
| O CCM incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo? | | | |
| O CCM incentiva e promove a integração social interna e externa através da ausência de preconceitos? | | | |
| O CCM incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns em eventos de finalidade integrativa? | | | |
| O CCM incentiva e promove a integração social interna através do senso comunitário? | | | |
| O CCM incentiva e promove a integração social interna através da promoção dos relacionamentos interpessoais? | | | |
| O CCM incentiva e respeita a liberdade de expressão? | | | |
| O CCM incentiva e respeita a privacidade pessoal? | | | |
| O CCM incentiva e respeita o tratamento impessoal? | | | |
| Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores | | | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| O CCM desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnicos administrativos? | | | |
| O CCM desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes? | | | |
| O CCM desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente? | | | |
| O CCM desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição? | | | |
| Eixo 5 – Licitações sustentáveis | | | |
| O CCM incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem os padrões de sustentabilidade? | | | |
| O CCM incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade? | | | |
| O CCM incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade? | | | |

Adaptado.

ANEXO B – Aprovação pelo Comitê de Ética do CCM/UFPB**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título Público: SUSTENTABILIDADE E AGENDA AMBIENTAL NO CONTEXTO DO CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS

Pesquisador Responsável: JOSEFA SILVONEIDE DE LIMA GONDIM

Contato Público: JOSEFA SILVONEIDE DE LIMA GONDIM

Condições de saúde ou problemas estudados:

Descritores CID -Gerais:

Descritores CID -Específicos:

Descritores CID -da Intervenção:

Data de Aprovação Ética do CEP/CONEP: 24/02/2017

DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome da Instituição: UFPB -Centro de Ciências Médicas/CCM

Cidade: JOÃO PESSOA

DADOS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Comitê de Ética Responsável: 8069 -UFPB -Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba / CCM

Endereço: Centro de Ciências Médicas, 3º andar, Sala 14 -Cidade Universitária Campus 1

Telefone: (83)3216-7617

E-mail: comitedeetica@ccm.ufpb.br

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista com os Servidores da Direção e Assessoria Administrativa do Centro de Ciências Médicas - CCM/UFPB.

Responsável pela pesquisa: Josefa Silvoneide de Lima Gondim.

Orientador: Wilson Honorato de Aragão.

1- O que você sabe sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?

Comente: _____

2- Quais ações sustentáveis são desenvolvidas no CCM/UFPB?

Comente: _____

3- Muitas organizações fazem um acompanhamento do consumo de papel utilizado para impressão de documentos e cópias, acompanhamento do uso de copos descartáveis, dentre outros materiais. Tal prática acontece no CCM/UFPB de forma:

()Excelente

()Razoável

()Bom

()Desconheço

Comente: _____

4-Você sabe para onde vai o lixo produzido no Centro?

Comente: _____

5- Você sabe se o descarte do lixo produzido no CCM/UFPB tem sido feito de maneira a não prejudicar o meio ambiente?

Comente: _____

6-Como você classifica a separação dos resíduos recicláveis (plástico, vidro, metal e papel) gerados no Centro?

()Excelente

()Razoável

()Bom

()Desconheço

Comente: _____

7- No quesito descarte correto dos resíduos perigosos como: lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, toners; é feito no CCM/UFPB de forma:

()Excelente

()Razoável

()Bom

()Desconheço

Comente: _____

8-Quais ações você sugere para melhoria da sustentabilidade e cuidados com o meio ambiente no CCM/UFPB?

Comente: _____

APÊNDICE B – Transcrição Das Entrevistas

Entrevista

1 -O que você sabe sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?

ENT A- Então, essa..., essa agenda ambiental é ... é... Não, não...eu acho que nesse sentido a agenda ambiental é falha, é falha no geral, no contexto geral. Onde eu passei na administração pública não é feito. Não reconheço isso!

ENT B - Não, nunca ouvi falar, desconheço totalmente.

ENT C- Não, nunca ouvi falar...nada.

ENT D- Eu acho que é um programa de ações na área socioambiental em atividades internas e externas.

ENT E- Nunca ouvi falar sobre esse tema.

ENT F - Sei nada não, não sei nem do que se trata.

2- Quais ações sustentáveis são desenvolvidas no CCM/UFPB?

ENT A- não existe.

ENT B - A única coisa que eu percebi são os coletores, nada mais que aquilo...é porque também eu nunca me interessei né? Eu acho importante, mas nunca atentei pra isso.

ENT C- Eu desconheço qualquer ação sustentável desenvolvida aqui no CCM especificamente.

ENT D- Eu digo: o uso racional dos recursos, porque agente prioriza equipamentos que gastem pouca energia, qualidade de vida, nesse sentido agente fez o redário, a sala do descanso, a copa.

ENT E- Não sei se pode ser considerado como sustentável, mas agente tem alguns equipamentos nossos que agente doa para outros centros, não sei se se encaixaria aqui, porque ao invés de ir pro lixo agente reaproveita em outros centros. Eu não sei bem o conceito de sustentabilidade e não sei se se encaixa também, mas agente tem também uma parceria com a biblioteca central para receber doação de livros não acadêmicos pra incentivar a leitura.

ENT F - Eu digo que o gelágua né, reduziu o uso de copo descartável, eu vejo também que muita gente traz sua garrafa de casa, só

3- Muitas organizações fazem um acompanhamento do consumo de papel utilizado para impressão de documentos e cópias, acompanhamento do uso de copos descartáveis, dentre outros materiais. Tal prática acontece no CCM/UFPB de forma:

ENT A- Aqui não existe isso, um acompanhamento.

ENT B - Aqui não tem um acompanhamento de consumo não, é aleatório, não tem nenhum acompanhamento, nenhuma restrição, política...desconheço.

ENT C- Razoável, porque há uma política na UFPB como um todo de diminuição, então com os processos eletrônicos há pelo menos uma consciência de ser diminuída essa quantidade de papel.

ENT D- Bom, já existe o acompanhamento da pessoa do almoxarifado, mas nada que seja documentado ou tabelado, isso precisa ser melhor acompanhado, pode até ser uma série histórica dentro de um ano.

ENT E- Desconheço, porque agente não tem um controle, não tem um acompanhamento, então eu acho que não existe um acompanhamento, o consumo

de papel agente vai liberando e registra quem pegou, mas não analisa, não faz uma análise depois de qual departamento ou setor pediu mais papel, outra questão agente também não tem aqui um aproveitamento de rascunho, porque muitas vezes agente imprime coisa errada. Uma medida simples seria agente ter uma caixinha pro pessoal colocar lá pra aproveitar o outro lado, o verso da folha, então eu acho bem frágil aqui essa questão aqui no CCM.

ENT F - Olha eu classifico como, desconheço, porque eu nunca ouvi falar disso por aqui.

4- Você sabe para onde vai o lixo produzido no Centro?

ENT A- não tenho conhecimento, acho que tudo vai pro lixo comum mesmo.

ENT B - Não sei bem, eu vejo que eles colocam nos coletores lá fora, agora acho que é tudo misturado, recolhem tudo e colocam num coletor que tem do lado de fora, um dia tava até com mal cheiro, mas era o restaurante que tava jogando errado, era pra ser só papel, plástico, mas estavam colocando orgânico.

ENT C- Não.

ENT D- Não sei.

ENT E- Nos coletores da UFPB, mas eu não conheço, assim, o destino. Eu já ouvi falar que tem um projeto aqui que tem pessoas cadastradas da comunidade que eles tem um carrinho e que vem aqui e leva, mas não sei como funciona. O projeto é do CT, tenho dúvida, mas penso que é do CT, tem uma cooperativa de catadores que só quem pode pegar o lixo da UFPB é eles, são identificados, tem um carrinho e passam nos pontos de coletas maiores. Aqui no CCM eu sei que colocam o lixo aqui do lado, mas não sei se eles coletam aqui. Eu não sei o destino final do lixo daqui.

ENT F - Vai tudo numa carrada só, lixão eu acho.

5- Você sabe se o descarte do lixo produzido no CCM/UFPB tem sido feito de maneira consciente de forma a não prejudicar o meio ambiente?

ENT A- Não sei, acho que é razoável.

ENT B - Eu vejo assim, não existe nenhuma campanha nem nada que ensine isso, então acho que é razoável.

ENT C - Razoável. Tem a intenção de não prejudicar, mas não sei se funciona.

ENT D - Razoável, precisa melhorar

ENT E - Desconheço.

ENT F - Eu acho que até se tenta ter essa preocupação com o meio ambiente, mas não tá funcionando, as pessoas ainda não tem o costume de jogar no canto certo e tal...

5- Você sabe se o descarte do lixo produzido no CCM/UFPB tem sido feito de maneira a não prejudicar o meio ambiente?

ENT A- Não sei, acho que é razoável.

ENT B - Eu vejo assim, não existe nenhuma campanha nem nada que ensine isso, então acho que é razoável.

ENT C- Razoável. Tem a intenção de não prejudicar, mas não sei se funciona.

ENT D- Razoável, precisa melhorar

ENT E- Desconheço.

ENT F - Eu acho que até se tenta ter essa preocupação com o meio ambiente, mas não tá funcionando, as pessoas ainda não tem o costume de jogar no canto certo e tal...

6- Como você classifica a separação dos resíduos recicláveis (plástico, vidro, metal e papel) gerados no Centro?

ENT A- Existem as modalidades que agente vê né? Metal, vidro, mas não existe a conscientização, tanto que eu já vi dentro do de vidro, papel e dentro do de papel, vidro; a cultura ainda não tá boa, não se leva em consideração o nome que tá lá. Mesmo tendo os separadores por tipo de lixo, tudo vai pro lixo comum.

ENT B - Bom, pelo menos assim: existem ali os coletores né? Agora eu nunca observei se realmente jogam dentro, mas existem.

ENT C- Razoável, porque apesar de ter os lixos separados, não há uma educação, uma política de educação para ser jogado, então o povo joga onde quiser.

ENT D- Desconheço e acho que é preciso avaliar o conteúdo dos lixos para poder responder, inclusive seria uma ótima pesquisa estudar o lixo mesmo em si, ver o que tem diariamente em cada coletor, como investigador para conhecer.

ENT E- Razoável porque os coletores aqui são identificados, tem em cada andar, próxima dos elevadores e são identificados por cor, que eu nem sei o que significam, na verdade. Mas eu acho que eles não atendem a esses quatro materiais que tem aqui plástico, vidro e metal, só são duas cores, então eu acho razoável porque quer queira quer não existe uma iniciativa, mesmo que simples, mas apesar de que no final vai tudo pro mesmo lugar. Se o pessoal respeitar a classificação que tem lá, o lixo quando for separado já vai separado pro...

ENT F - Razoável, porque tem os coletores, mas ninguém respeita mesmo, joga em qualquer cesto sem respeitar a cor do material.

7- No quesito descarte correto dos resíduos perigosos como: lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, toners; é feito no CCM/UFPB de forma:

ENT A- Desconheço.

ENT B - Desconheço.

ENT C- Isso aqui é de forma boa, porque agente aqui não mistura esse tipo de resíduo com os outros. Agente aqui separa. Quando é por exemplo: esse tipo de coisa: bateria, pilha geralmente vai para um setor aqui. Lâmpada quando é trocada aqui aí volta pra prefeitura, agora como é feito o descarte lá eu não sei, mas aqui agente devolve e o tipo pilha, bateria e toner agente não mistura com esse tipo de resíduo, agente tem um estoque de toners antigos aqui que vai pra ser descartado.

ENT D- O pessoal já faz aqui o descarte segundo as normas, mas penso que agente precisa massificar as ações com todas as pessoas do centro.

ENT E- E- Razoável, porque, no caso, quando eu pego eu falo pro pessoal que tenham esse cuidado, porque pilhas e baterias eu deixo com o pessoal da informática, toners eu nem sabia que tinha que ter um descarte diferente, tô sabendo agora, pensei que era mais a questão das pilhas e baterias por causa dos líquidos que tem dentro e lâmpadas normalmente agente bota numa caixa e ...das últimas vezes que eu peguei eu identifiquei coloquei nas caixas delas mesmo e botei no lixo comum mesmo com o nome cuidado, não tem um descarte próprio pra elas, se existe eu desconheço. Pode até ser que exista pela prefeitura, mas não é bem divulgado, então agente não sabe, coloquei no lixo normal, nunca vi nada específico tanto pra pilhas e baterias como pra lâmpadas, não existe uma coleta específica no CCM e na UFPB eu desconheço. Os toners daqui são recarregáveis.

ENT F - Desconheço viu, acho que vai tudo pro lixo comum mesmo.

8- Quais ações você sugere para melhoria da sustentabilidade e cuidados com o meio ambiente no CCM/UFPB?

ENT A- Palestras,...(pensando) no momento só palestra mesmo.

ENT B - Eu acho assim: inclusive eu já tinha até pensado numa campanha nas redes sociais tipo: traga sua caneca, fazer uma campanha pra conscientizar as pessoas, colocar cartazes, acho que campanha mesmo, uma conscientização.

ENT C- Um projeto de política sustentável, ambiental, porque aqui não tem, não existe esse tipo de planejamento.

ENT D- A questão dos resíduos, principalmente. Comprar uma máquina de picotar papel.

ENT E- Eu poderia sugerir, porque agente tem um gasto muito grande de papel de enxugar as mãos, então eu poderia sugerir um secador de mão, não sei se é viável, gera outro impacto que é o gasto de energia. Chega a uns cinco mil reais por ano o gasto com papel toalha, tem que pensar uma outra forma de enxugar as mãos e melhorar isso. Sim essa questão dos papéis que agente imprime, é ter uma caixinha pra colocar os erros de impressão para fazer bloquinhos, ou para impressão no verso. Poderia até ter uma capa do CCM como uma proposta de sustentabilidade tipo: CCM sustentável, escrito na capa.

ENT F - Bom, eu sugiro que tenha qualquer coisa que ensine a eles como tratar isso